

O DESTINO INTERROMPIDO

(Memorial à Comissão da Verdade / UFRN)



Rua Apodi, 471 (1968)

LUIZA NÓBREGA

Natal

2014

**Exmo Sr
Professor Carlos Gomes
Presidente da Comissão da Verdade/UFRN**

Senhor Presidente

Eu, **Luiza Nóbrega**, professora adjunta lotada no Departamento de Artes desta Universidade, venho perante Vossa Excelência sucintamente relatar, no memorial que se segue, a trajetória do meu percurso acadêmico, por entender que tal relato constitui uma **questão de justiça**, e matéria concernente ao mister da Comissão da Verdade/UFRN.

EXCLUSÃO

Em **dezembro de 1970**, com vinte e quatro anos, **bacharelei-me em Direito**, laureada com o diploma e a medalha do **“Mérito Universitário”**, conferidos pela **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, por ter sido a primeira aluna durante os cinco anos do curso. A medalha - que na solenidade me foi afixada ao peito pelo então ministro da Educação, **Jarbas Passarinho** - confirmou uma trajetória acadêmica definida pelo comentário unânime dos mestres, registrado (v. declaração em anexo) pelo ex-mestre **Raimundo Nonato Fernandes**: “a mais brilhante aluna que até o presente passou por esta Faculdade”. O desempenho que causava este reconhecimento, comprovado em meu histórico acadêmico, foi também comentado pelo colega Gileno Guanabara, em seu livro *Faculdade de Direito de Natal, Lutas e Tradições, 1949-1973*: “Possuidora de conhecimentos gerais, obtinha todos os meses as melhores notas de avaliação, em todas as cadeiras do curso.”¹

Mais que aos conhecimentos gerais, contudo, as notas obtidas deviam-se à capacidade lógica e analógica do meu discurso, no qual, discorrendo comparativamente sobre as correntes filosófico-jurídicas, desenvolvia a reflexão e argumentação em torno das questões basilares ou cruciais do Direito. No entanto, embora respondesse com desenvoltura e entusiasmo às questões

¹ Natal: RN Gráfica editora Ltda, 1988, p. 164-65.

que me eram propostas, despertando nos mestres a expectativa de alguém que prestaria uma valiosa contribuição ao Direito, já ao termo do terceiro ano eu andava um tanto desiludida, com muitas dúvidas quanto à “força do Direito” frente ao “direito da Força”. Esta atitude crítica e desencantada foi notada pelo **emérito jurista Miguel Seabra Fagundes**, numa carta que me remeteu, em resposta ao comentário que - a pedido do **saudoso Edgar Barbosa**, mestre do Direito Constitucional - eu escrevera à conferência pronunciada pelo eminente magistrado em visita à referida e de tão boa memória Faculdade.

Foi precisamente neste terceiro ano do curso que se ergueu a vaga impetuosa do Movimento Estudantil, irradiando-se desde a revolta estudantil de 1968, em Paris. Desejosa de aderir às mudanças que se prometiam, acerquei-me dos jovens líderes do movimento, entre os quais sobressaíam dois alunos de Sociologia e Política: **Jaime Ariston de Araújo**, que então namorava e depois casaria com minha irmã, **Fátima**; e **Emmanuel Bezerra dos Santos**, poeta, líder destacado entre os demais, e então presidente da “Casa do Estudante”. Fui por ele convencida a aderir ao PCR, a que ele pertencia, organização clandestina oriunda do PCB, de atuação adstrita ao Nordeste, e cuja direção estava sediada no Recife.

No início de 1971, concluído o Direito, iniciei o terceiro ano da **Faculdade de Sociologia e Política**, na qual ingressara em 1969, aprovada em segundo lugar nos exames vestibulares. Recebera uma excelente proposta, para advogar numa empresa construtora, em Fortaleza, a partir do semestre seguinte. Começava, portanto, a despedir-me da vida de estudante, mas num clima tenso e opressivo. Compondo, a certa altura, a direção do PCR, dirigia o “Jornal do Estudante”, coordenava grupos de estudo e de panfletagem.

Sucedeu que, em abril de 1971, o PCR executou uma **ação de pichamento das ruas natalenses**, com palavras de repúdio à visita conjunta dos generais **Garrastazu Médici** (então presidente da República) e **Meira Matos** a esta cidade. Fui destacada para conduzir o veículo que transportava a equipe operacional. Esta operação desencadeou uma **reação imediata e brutal**. Após uma investigação sigilosa, em que informantes declararam ter-me reconhecido ao volante do automóvel, efetuou-se uma série de prisões. Numa destas, juntamente com a apreensão de alguns companheiros do partido, foram **confiscados bens que me pertenciam**: um **rádio de alta potência**, uma **máquina datilográfica** e uma **biblioteca**. Avisada a tempo, de modo providencial, evadi-me com presteza, escapando por um triz de ser apanhada, pois, nas primeiras horas do dia seguinte à noite de minha fuga, **três oficiais das três Forças Armadas foram ter a minha casa**, pressionando em vão meu pai, **engenheiro José Nóbrega**, e meu irmão primogênito, também engenheiro **Klaus Nóbrega**, para que revelassem meu paradeiro, o local de meu refúgio, neles provocando uma opressiva aflição que só podem avaliar os que testemunharam aqueles anos de terror e treva. Refugiada em casa dos sogros de meu irmão,

economista **Laurence Nóbrega**, à rua Mossoró, vizinha à antiga casa de **Djalma Marinho**, eu espreitava pelas cortinas a rua onde desfilavam, de instante a instante, pesadas e ostensivas viaturas militares; e via **estampada, nos jornais locais, minha foto**, entre as de outros acusados, presos ou foragidos, ilustrando comunicados dos órgãos de comando que nos rotulavam de *subversivos perigosos* e de *alienígenas*, o que mais acabrunhava meus familiares, pois, além de me saberem correndo sério risco, viam minha reputação enxovalhada na imprensa duma cidade pequena onde éramos bastante conhecidos. Eu era ainda jovem, e duplamente inexperiente, quanto à vida e quanto à repressão política. Ao contrário de outros militantes, cujos pais ou familiares já haviam sofrido perseguição na carga do golpe de 64, eu desconhecia por completo esta experiência, o que constituía um agravante da situação, pois suscitava sentimentos de confusão e desorientação, de perplexidade paralisante frente à truculência repressiva.

DISPERSÃO

Foram dias duma angústia terrível, em que fiquei enclausurada, até que, com a ajuda de meu irmão **Laurence**, que então residia em Campina Grande, e a quem para sempre agradecerei, consegui evadir-me, por terra, numa peregrinação paulatina que durou algumas semanas. Com os cabelos, antes pretos e compridos, agora repicados, descoloridos e tingidos de ruivo, usando óculos escuros, driblei a repressão, que passava a pente fino os aeroportos e rodoviárias, todos os postos de fronteira. Fugi de Natal para João Pessoa numa viatura conduzida por um membro aposentado da Polícia Rodoviária, que passou sem problema pela divisa, com um simples aceno aos colegas.

De João Pessoa fui resgatada e transportada a Campina Grande por **Laurence**. Ali permaneci por dois meses, hospedada inicialmente em sua casa, e depois na fazenda de um casal seu amigo. Ao fim dos dois meses, outro amigo seu levou-me de carona até Aracaju, onde finalmente apanhei um ônibus para o Rio de Janeiro. Numa espécie de estado de choque, tudo aquilo me parecia um pesadelo. Chegando ao Rio, passei a viver em casa de uma tia, numa **semi-clandestinidade que se prolongaria por sete anos e nove meses**, pois o julgamento apenas realizou-se um ano e seis meses depois de minha fuga (a fuga se deu na primeira semana de maio de 71, o julgamento a 18 de outubro de 72), e, **enquadrada na Lei de Segurança Nacional**, embora **condenada à pena base (um ano de reclusão) do artigo 45, inciso I**, no qual fui incurso, tive que esperar seis anos, o dobro da pena máxima do referido artigo, para que a pena prescrevesse, seis anos aos quais se acrescentaram três meses, até que a punibilidade se extinguisse (9 de janeiro de 1979).

Foram, portanto, ao todo, **quase oito anos de obscuridade forçosa**, durante os quais provei o **sabor amargo da exclusão social e do terror**, bem como da **separação e desintegração familiar**. **Impedida de advogar, sem ter sequer tido tempo de prestar o exame de Ordem, e obrigada a interromper o estudo da Sociologia, fui precipitada num limbo, onde perdi até mesmo o direito ao exercício de minha identidade**, sendo forçada a usar um o sobrenome das minhas primas Miranda, o que me embaraçou, transtornou e retardou o percurso profissional. **Apartada dos familiares, impedida de prestar concurso, morando em casa alheia, onerando o orçamento paterno e oprimida pelo temor da perseguição e captura**, sem compreender como uma militância pacífica merecesse tão dura punição, procurei, contudo, não sucumbir à depressão que minou todo um contingente de vítimas do regime. Decidi ocupar o tempo, no que me fosse permitido, ampliando o meu raio de conhecimentos, prolongando-se assim o período de estudos, no qual expandi o interesse para outras áreas, pelas quais sempre tivera inclinação, como as Artes, a Literatura, a Filosofia, a Psicologia. Como **bolsista**, e usando o **nome fictício de Lu Miranda**, estudei Artes Plásticas no “**Centro de Pesquisa de Arte**”, sob orientação do inesquecível mestre **Ivan Serpa**, e a partir de então **passei a exercer a profissão de artista plástica**, o que, embora me facultasse um **retorno financeiro muito inferior ao que me teria proporcionado a advocacia**, naqueles anos oferecia excelentes oportunidades. **Convidada**, porém, a dar **entrevistas** e fazer **exposições**, era **obrigada a recusar**, inventando desculpas que só me prejudicavam e minavam meu futuro na carreira artística. Uma destas entrevistas, feita pela musicóloga **Geni Marcondes** - que depois escreveria um comentário crítico no catálogo de uma exposição que realizei – deveria ser publicada no **Jornal do Brasil**. Ao primeiro desvio que já sofrera, portanto, minha trajetória - impedindo-me de seguir a carreira jurídica - acrescentou-se este segundo, que me interditava o caminho do sucesso como artista plástica. Assim sucedeu com as demais áreas em que me reparti, quando fazia cursos diversos que me ampliavam o saber, mas me restringiam sempre, forçosamente, ao **amadorismo**, inviabilizando o pronto **retorno profissional e pecuniário**.

Tal situação agravou-se, pois o impedimento objetivo subjetivou-se, ao **dano material** acrescentou-se o **moral**. Em minha **mente confrangida e atordoada**, vi minha vida transformar-se numa teia de fios e nós, onde meus movimentos eram tolhidos, e vi também o horizonte desta vida espessar-se, tomando a forma de um muro onde esbarravam todos os sonhos de auto-expressão e auto-realização, obrigando-me a encolher as asas da aspiração e comprimir o espaço de meus movimentos. Não foram poucos os **momentos de terror e angústia** que vivi ao deparar com o risco de ser descoberta. Lembro-me, por exemplo, de certa noite em que o automóvel onde eu ia, acompanhando o mestre **Ivan Serpa** até sua casa, no Méier, foi **apanhado por uma blitz** cerrada, que arrastava alguns presos, parando todos os carros e pedindo documentos, e

considero um verdadeiro prodígio não me terem pedido a identidade, desconhecida até dos ocupantes do veículo em que seguíamos. Outro constrangimento foi a **execução de Lígia Maria Nóbrega**, militante norte-rio-grandense metralhada numa rua de São Paulo, onde vivia clandestina. Devido à semelhança dos nomes e coincidência da naturalidade, a notícia causou aflição entre amigos e familiares meus, enquanto em mim ampliava, como todos os demais casos de prisões e assassinatos, a sombra do terror que pesava sobre as cabeças de minha geração.

Assim os anos decorreram e quando, enfim, a prescrição se deu, já os efeitos maléficos da pena injusta se tinham consolidado, atuando a nível material e moral, e acarretando profundos danos também de ordem psicológica. A perseguição e condenação marcaram-me para sempre e propagaram seus efeitos para muito além dos quase oito anos em que vivi clandestina. Tendo perdido o lar e a cidade a que pertencia, sofrendo, mais que uma *capitis diminutio*, um empurrão para a margem, fui excluída do processo em que se afirmou minha geração, perdendo a vez de neste processo cumprir o meu papel.

E o dano foi mais grave porque, extinta a punibilidade, já o destino estava desviado, macerado, rasurado, sem hipótese de retorno. **Oito anos afastada do Direito**, sem nunca o ter praticado, ocasionaram a **desatualização e defasagem**, cujo peso dispensa comentários. Embora não me tenha rendido e sucumbido, porque não é este o meu feito, e tomo por norma de conduta encarar os desafios como oportunidades de fortalecimento, hoje tenho nítida consciência do cabal prejuízo, do dano irreversível que causou sobre minha vida o golpe implacável da repressão político-militar desencadeada naqueles anos de chumbo. **Golpe que se asestou sobre um caráter ainda em formação**, e portanto mais **maleável e indefeso**, abateu, logo à partida, **meu futuro na carreira jurídica**, vincando minha personalidade com a **marca da exclusão e marginalidade forçadas**, trazendo ainda graves **transtornos familiares**, de ordem **material, financeira, afetiva e psicológica**.

O espectro da repressão, assombrando aqueles anos de minha juventude, projetou-se no futuro. O golpe que me impingiu o forçoso retraimento vincou para sempre um **destino** que se prometera, e fez-se assim **incumprido**. Banida e expurgada, vi meu destino converter-se em fuga e errância, tentando, em lugares diversos, recompor-me do trauma, resgatando o meu lugar e a minha função na sociedade humana.

Um por um foram desaparecendo os mestres de minha juventude. **Edgar Barbosa**, o grande amigo, leitor e comentador de meus textos literários, que pretendia publicar pela editora da UFRN; **José Emerenciano**, admirável professor do Direito Civil, que me acompanhava os passos com dedicada atenção; estes, como tantos outros, faleceram sem que eu nunca mais os visse. Meus irmãos mais novos cresceram longe do meu convívio. Toda uma fase da **vida familiar** se me abriu em **desafiadora lacuna**. A cidade do **Natal**, onde vivera os anos felizes da

infância, desapareceu de meu horizonte. Amigos, colegas, ninguém mais sabia de mim, exceto que fora obrigada a fugir. O desaparecimento atingiu também **documentos valiosos**, que **se extraviaram** para sempre, entre os quais a já citada **carta** que me escreveu o mestre **Seabra Fagundes**, uma peça literária que, além disto, àquela altura me valeria como uma **recomendação prestigiosa em âmbito nacional**.

Esta força maior que se abateu sobre meu destino foi, portanto, um **agente desagregador**. Configurou-se uma espécie de reação em cadeia, na qual cada episódio levava a outro, fazendo crescer a bola de neve. **Muitos anos foram necessários para que o trauma do golpe se desfizesse** e o processo revertisse. Durante anos fui autônoma free lancer, sobrevivendo como artista plástica, professora de pintura, revisora de textos, parecerista em editoras, primeiro no Rio de Janeiro, e depois em Brasília, onde finalmente comecei a superar a exclusão.

SUPERAÇÃO

Os anos vividos em Brasília, de 80 a 88, embora ainda marcados pelo espectro da exclusão e fuga, constituíram o preâmbulo de um novo período, marcado pelo retorno à vida social e pela continuidade do caminho acadêmico interrompido. Cursei, na UnB, o **Mestrado em Literatura Brasileira**, onde fui aluna e me tornei amiga de dois grandes poetas: Cassiano Nunes e Domingos Carvalho da Silva. Concluído o mestrado em 86, em 1988 viajei para Lisboa, com bolsa da **Fundação Calouste Gulbenkian**, para pesquisar a obra do poeta-pintor **José de Almada Negreiros**, residindo em Lisboa até 1991.

A partir de então, dediquei-me ao estudo da **Literatura Portuguesa**, em que me doutorei em julho de 2001, com a tese “A Traça no Pano: contradicção de Baco n’*Os Lusíadas*”. Um doutoramento tardio e, como tal, problemático, que se cumpriu com estadia de cinco anos em Portugal (1996-2001), e me custou não poucos esforços e sacrifícios, os quais, entretanto, valeram a pena, pois me abriram a porta a uma atividade profissional que exerço com satisfação.

Concluída a diáspora desencadeada pelo banimento e prolongada pela inércia dos anos subseqüentes, apenas ao romper do novo século iniciou-se pra mim um novo período, com movimentos não mais de fugas e sim de retorno às origens. Atendendo ao apelo de minha mãe, então já viúva e octogenária, retornei em 2002 a Natal, atuando, de 2003 a 2006, como **professora recém-doutor (CNPq), no PPGEL/UFRN**. Falecendo minha mãe, e cessando a obrigação filial, regressei a Portugal, em 2007, e lá realizei um posdoc, também sobre *Os Lusíadas*, junto às universidades de Évora e Nova de Lisboa.

Vê-se então que o destino desviado e retardado nem por isto deixou de cumprir-se. Bolsista que fui de instituições portuguesas (**Instituto Camões, Fundação para a Ciência e a Tecnologia**, além da já citada **Gulbenkian**) e brasileiras (**CAPES/CNPq**), o estudo dos escritores e poetas da Literatura Portuguesa, bem como os temas da lusofonia e das **relações culturais entre Brasil e Portugal**, preencheram, ao longo de anos, o meu interesse e atividades profissionais. Publiquei livros, capítulos de livros e ensaios em periódicos internacionais; participei em congressos, colóquios e simpósios; ministrei cursos, proferi palestras e conferências em universidades portuguesas e brasileiras; tornei-me membro pesquisador do Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra), e do Instituto de Estudos Portugueses (Universidade Nova de Lisboa); e, concluído o posdoc, em 2008, estando eu ainda em Lisboa, recebi um telefonema em que fui informada de que o pintor e crítico **José Guedes**, curador do **Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**, em Fortaleza, andava à minha procura porque adquirira oito pinturas minhas para o acervo do MAC/Dragão do Mar e precisava que eu cedesse os direitos autorais para exposição das obras.

Regressando ao Brasil, realizei, com a curadoria de **José Guedes**, de junho a agosto de 2009, a exposição *Siderações*, que ocupou todo o piso superior do museu com obras produzidas ao longo de quatro décadas. A experiência, além de muito bem sucedida, foi marcante em termos de um duplo retorno: ao Brasil e ao circuito público das artes plásticas. E como a **CAPES** já de antes me cobrava o repasse do saber em sala de aula, prestei concurso para professor efetivo do **Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFRN**, sendo nomeada em dezembro de 2010.

CONTRIBUIÇÃO

Sendo então integrada, não mais como visitante e sim como efetiva, no quadro docente da **UFRN**, estou profundamente agradecida à universidade por me ter recebido e depositado em mim sua confiança, e neste agradecimento devo citar nominalmente o **Professor Tassos Lycurgo**, chefe do **DEART** que não mediu esforços para que, **por uma questão de justiça**, se abrisse uma segunda vaga para a minha contratação. E com satisfação posso dizer que tenho, nestes três anos e três meses, cumprido um longo, intenso e proveitoso aprendizado. Aqui tenho atuado no espaço institucional que me foi enfim franqueado, tendo já prestado, dentro do meu âmbito, alguma contribuição significativa à produção acadêmica, enquanto professora e pesquisadora, coordenadora de projetos de extensão e pesquisa (v. comprovantes em anexo). Ampliei e solidifiquei também o meu raio de relações, aprendendo a conviver entre outros servidores, de níveis funcionais diversos, diferentes departamentos e categorias.

Especificamente, tenho prestado minha contribuição ao **CLAV/DEART/UFRN**, do qual fui por dois anos coordenadora. Buscando motivar e inovar, realizei a **IV Semana de Artes Visuais**, quando tive a satisfação de receber, para abertura do evento, a **magnífica reitora da UFRN, Professora Ângela Paiva Cruz**. Foi uma experiência gratificante e estimulante poder inaugurar e maximizar o espaço do prédio anexo do **DEART** com atividades artísticas e pedagógicas para as quais convidei **oito professores e artistas da USP, UNICAMP, UNIRIO e ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE**, para isto contando com o apoio solidário e entusiástico do diretor do **CCHLA, Professor Herculano Campos**, e da equipe de pro-reitores: Professores **Edmilson Lopes (PROEX); Valter José Fernandes (PROPESQ); Adelardo Adelino Dantas de Medeiros (PROGRAD); João Batista Bezerra (PROAD); e Janeusa Trindade Souto (PROAE)**.

Como professora, ministrei disciplinas fundamentais para o curso: **Fundamentos da Linguagem Visual, Psicologia das Artes, Redação Criativa**, e as duas disciplinas básicas **Desenho I e Desenho II**, que reformulei, por solicitação do colegiado de curso, imprimindo-lhe um **unho propriamente artístico-criativo**, e para isto aplicando, já há seis semestres, um **método inovador de ensino do desenho**, que tem produzido sensíveis e positivos resultados, expressos nas avaliações de alunos, como as que constam em meu **processo de estágio probatório, aprovado por unanimidade em todas as instâncias competentes da universidade**. Entendendo serem insuficientes, para o aprendizado do desenho, as duas disciplinas (**Desenho I**, obrigatória, e **Desenho II**, optativa), abri a **Oficina Permanente de Desenho e Aquarela**, já em seu terceiro período de funcionamento, e aberta aos alunos do **DEART**, da **UFRN** e ao público externo. Esta oficina, já implantada no atual plano trienal do **DEART**, é uma das atividades do projeto de ações integradas **VAGALUMES**, aprovado, com duas bolsas de IC, pela **PROPESQ** e a **PROEX**, e do qual sou coordenadora.

Finalmente, entre as atividades que se destacam, ressalto o acordo que está em vias de concluir-se entre a **UFRN** e a **Università degli Studi di Perugia**, com o qual penso imprimir uma contribuição mais duradoura à universidade. O projeto que inaugura o referido acordo, intitulado **“Aurora de um Gênio: as múltiplas faces de Lêdo Ivo”**, reunindo **16 pesquisadores e 8 universidades de países diversos**, também consolida meu retorno à Literatura Brasileira, às literaturas comparadas e à teoria literária, cujo estudo desejo empreender concentrando minha contribuição, como professora e pesquisadora, junto à pós-graduação, em intercâmbio com outras universidades, brasileiras e estrangeiras. Quero aqui registrar que estou também profundamente agradecida à **UFRN** pelo acolhimento entusiástico deste acordo e deste projeto, e cito nominalmente a **Professora Ângela Paiva Cruz**, magnífica reitora, e os Professores **Herculano Campos e Graça Soares Rodrigues**, diretor e vice-diretora do **CCHLA**.

Tais fatos me permitem afirmar que no presente, **quatro décadas decorridas desde a fuga**, a desorientação fez-se discernimento, permitindo-me ponderar os dados da questão com os olhos da experiência, e perceber que chegou para mim o momento de responder, finalmente, ao desafio descomunal que se me impôs nos verdes anos. E creio estar respondendo satisfatoriamente. Nas produções e realizações que se seguirão em minhas pesquisas, no espaço interdisciplinar das Letras e Artes, pretendo empregar os anos futuros no **repasse do conhecimento adquirido**, formando as novas gerações desta cidade, e contribuindo para o **resgate da memória histórica local e nacional**, seja a nível acadêmico, através de atividades de ensino e pesquisa, seja a nível editorial, mediante diversas publicações, ou, ainda, social e política, pela participação nas discussões coletivas de ordens diversas.

COMPENSAÇÃO

Entretanto, ponderando tais atividades e seus benéficos efeitos, naturalmente fui levada a ponderar em quanto mais poderia ter prestado como contribuição, e quanto mais teria recebido, em contrapartida, se meu ingresso na **UFRN** não se tivesse retardado. Se em três anos e três meses contabilizo já um saldo significativo, que se acrescentará nos anos que ainda terei como servidora da instituição, é inevitável para mim conjecturar: quanto mais daria e receberia, se ao invés de cinco anos e meio tivessem sido quarenta, ou trinta anos de docência neste espaço acadêmico? Pois, justamente quando o quadro atual se delineia em tons luminosos, surge-me à frente, no horizonte próximo, a compulsória, que me aposentará no dia **24 de junho de 2016**. E a isto acrescenta-se que **serei aposentada na classe de adjunto 3**, quando o justo e certo - se a interrupção não me tivesse afetado o percurso - seria chegar ao topo da carreira, como **associado 4**, e **nos moldes que regem os mais antigos servidores da universidade**.

Convidada que fui, em dezembro do ano passado, a depor na Comissão da Verdade, por quem fui muito bem recebida, numa tarde acolhedora e para mim memorável, a princípio entendi o encontro como simples relato de uma sobrevivente que cumpriria o dever de transmitir informações à Comissão, o que de fato sucedeu. O depoimento, contudo, surtiu efeitos, desencadeou processos e suscitou diversos links com pessoas e grupos que me procuraram, desde alunos e professores a grupos de teatro que me requisitaram em entrevistas, a mais recente pelo grupo “Clowns de Shakespeare”.

Entre as diversas reflexões suscitadas pelo citado depoimento junto à Comissão, veio-me à lembrança o memorial que redigi, em 2005, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, de quem obtive uma indenização em parcela única e valor descompensado, naquela instância inapelável. Ali, desenvolvi uma argumentação da qual cito o seguinte trecho:

No empenho de recompor o passado, aqui reencontro pessoas que deixei há mais de trinta anos. Ex-colegas do Direito e da Sociologia, quase todos no topo da carreira, quando não aposentados. Levanta-se-me a questão primacial: **como ultrapassar este fosso cavado pela irracionalidade?** Em tal contexto, a **reparação que pretendo** tem por objetivo principal minimizar este prejuízo, facultando-me uma **reintegração e instalação condignas em Natal**, e financiando o **projeto profissional** com que responderei à comunidade de que fui injustamente banida, excluída. Se a força do destino histórico-político nacional obrigou-me a viajar pelo mundo e a repartir-me por diversas áreas do conhecimento, o desafio presente consiste em **transformar em ganho o dano**, transmitindo o conhecimento e a experiência adquiridos. Este é o momento em que a consciência me faz compreender que, sendo embora impossível voltar atrás, apagando o passado, será no entanto viável reparar a injustiça. **Julgo-me assim no direito de reclamar uma indenização condizente com o que perdi, tanto em termos do que teria sido meu futuro profissional, caso tivesse exercido a advocacia ou prestado concurso público; quanto em termos dos danos pessoais e familiares sofridos, a nível material, moral, afetivo e psicológico.** Em assim sendo, resta-me pleitear seja estabelecido o justo valor da indenização pelos danos que injustamente sofri.

Com efeito: no retorno, reencontrei antigos colegas que tivera na Faculdade de Sociologia e Política, da Fundação José Augusto, alguns dos quais, embora tivessem também atuado àquela época contra o regime, por sorte não haviam sido presos, nem condenados, nem exonerados, e assim não tiveram interrompidas suas trajetórias acadêmicas. Para exemplificar os referidos reencontros, cito os que tive com quatro ex-colegas: a **Professora Livramento Miranda Clementino**, exercendo ela a função de diretora do CCHLA no período em que fui professora visitante no **PPGEL/UFRN**, e agora a de chefe do Departamento de Políticas Públicas; o **Professor Willington Germano**, atualmente presidente da Cooperativa/UFRN, e neste mês de março de 2014 agraciado com o título de professor emérito; a **Professora Conceição Almeida**, destacada por seus **estudos da complexidade**; e a **Professora Dalcy Cruz**, aposentada pelo antigo regime, e ainda contribuindo para o incremento do saber na **UFRN**.

Quando, em minhas caminhadas pelo campus da universidade, ou em sessões a que convergem professores de áreas diversas, encontro os colegas supracitados e outros colegas de outrora, ou também professores antigos que só agora vim a conhecer, não posso evitar pensar que, se estou grata por se ter enfim definido qual seja o meu espaço institucional, sinto-me, porém, ainda não inteira e justamente compensada pelo dano sofrido com a longa exclusão.

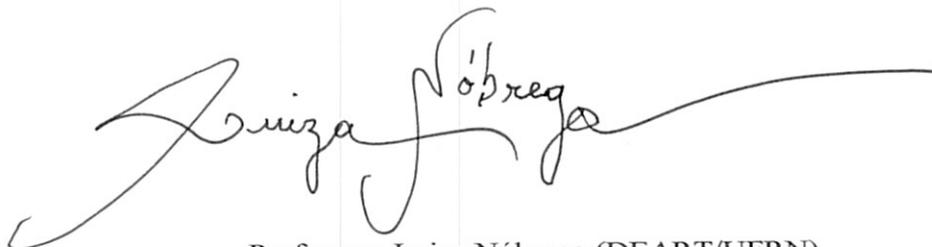
Julgo então que não me engano ao afirmar que aqui trago ao conhecimento e ponderação de Vossa Excelência matéria que é, em primeira e última instâncias, **uma questão de justiça**.

Poder-se-ia argumentar que já fui indenizada, em instância mais ampla, pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Entretanto, não apenas o valor da indenização foi praticamente irrisório em relação ao dano sofrido, e insuficiente para assegurar-me a base de uma atuação profissional condigna; mas também, por outro lado, sendo na modalidade chamada “parcela única”, não levou em consideração a perda sofrida pelo fato de, ao contrário de colegas que, tendo sido exonerados de seus cargos por perseguição, pleitearam e lograram aposentadoria com reintegração retroativa nos quadros institucionais, no meu caso nem me foi permitido ingressar na instituição. Trata-se, a meu ver, de um argumento categórico, que por si só justifica plenamente pleitear-se uma compensação em outra instância de julgamento – a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**.

É verdade também, finalmente, ser meu dever reconhecer que estou grata ao destino que me desviou em movimentos tortuosos, por me ter compensado os custos de danos, desvios, retardos e aflições com igual ou superior benefício em maiores aprendizados, gratificantes realizações e convívios inesquecíveis, com indivíduos extraordinários, como eram, entre outros: **Ivan Serpa, Nise da Silveira, Mário Schemberg, Mário Pedrosa, Rolf Gelewski, Cassiano Nunes, Rachel de Queiroz, Wladimir Murinho, Eduardo Lourenço**; e mais recentemente, **Lêdo Ivo**. Ganhos que me pagam em dobro o ter sido decapitada em botão. Assim como sou grata, ainda, à **UFRN** e à sua **Comissão da Verdade**, por me terem valido este discurso, escrito em consonância com outros em que vou apurando a escrita das memórias em curso.

Por tais razões, finalizarei aqui o meu relato e exposição de motivos, trazendo às mãos de Vossa Excelência o que, como já disse e repeti, considero uma **questão de justiça**, confiando em que esta Comissão de Verdade seja também Comissão de justiça. E isto exposto, o que venho pleitear é que, sendo possível, se considere ser ou não justo **que minha aposentadoria compulsória seja atribuída, não a uma professora adjunta 3, e sim a uma professora associada 4, no regime antigo de aposentadoria da universidade, tal como certamente seria se sobre mim não recaíssem os efeitos da categórica e punitiva exclusão**.

Atenciosamente,



Professora Luiza Nóbrega (DEART/UFRN)

Natal, 22 de março de 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

MEDALHA DO MÉRITO UNIVERSITÁRIO

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando os termos do artigo 113 do Estatuto da Universidade e tendo em vista comunicação do DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO

confere a MEDALHA DO MÉRITO UNIVERSITÁRIO a LUIZA MARIA NÓBREGA

por ter sido o MELHOR CONCLUINTE, de 1970, do Curso DE BAC. EM DIREITO da FAC. DE DIREITO da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Reitoria da UFRN, em Natal, 11 de dezembro de 1970.

5º CRCPN E TABELIONATO
Av. N. Sra. Copacabana, 1181 - A

ONOFRE LOPES
Reitor

5ª CIRCUNSCRIÇÃO DO CRCPN E TABELIONATO DA CAPITAL - TABELIÃO: ALAN J. S. BORGES
Av. Nossa Senhora de Copacabana, 1181 Lt. A - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ
A U T E N T I C A Ç Ã O
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi apresentada.
Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2006. Série[AU707409E1FB266501]

5ª CRCPN E TABELIONATO
Av. N. Sra. Copacabana

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO



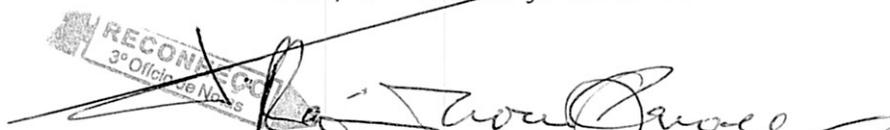
1 LATO
EAM
EBJ30078

OTAVIO DE SAUS...
A. TATI...
A. TATI...

DECLARAÇÃO

Declaro que a DRA **LUIZA NÓBREGA**, brasileira, divorciada, professora universitária, inscrita na OAB / RN, sob o número 1649, CPF 261680224-49, residente na rua Anísio de Sousa nº 2593, Lagoa Nova, nesta capital, foi minha aluna na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nas disciplinas de **INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO** (1º ano) e **DIREITO ADMINISTRATIVO** (5º ano), e teve desempenho brilhante (o mais brilhante até aquela altura, na história da referida Faculdade) em ambas estas matérias, assim como nas demais disciplinas do curso, conforme testemunho unânime dos respectivos professores, fato este que prenunciava um futuro igualmente brilhante na carreira jurídica e atividades profissionais correlatas, o que, porém, não sucedeu em virtude certamente da perseguição política e condenação criminal de que foi vítima, por parte dos órgãos de repressão do governo militar.

Natal, 14 de março de 2005


RAIMUNDO NONATO FERNANDES¹

3º OFÍCIO DE NOTARIAS
Ilana Coube Fagundes, Tereza
Iriselma Fagundes, Dirceu Zivalho
Mônica Fagundes, Maria Cecília Fagundes, Suelton
Fagundes, Karim Carlos Fagundes, Suelton
Luzia Sanches
Luzia Jurqueira Afonso, 532

Reconheço a(s) firma(s) sob nº de
devidamente assinada(s) con.
 RECONHEÇO
3º OFÍCIO DE NOTARIAS

07 ABR. 2005 Natal/RN

Em testº

Tab. nº de 2º Of. de Not. de Natal



¹ Advogado e professor de ensino superior (aposentado).

DECLARAÇÃO

Como ex-Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de Introdução à Ciência do Direito/Filosofia do Direito, convivi com algumas gerações de futuros bacharéis que deixaram recordações marcantes.

As lembranças que guardo têm a diversidade mais ou menos definida, das idéias e comportamentos de muitos, de suas personalidades que me permitiram antever os seus delineados futuros.

Destaco entre tantos, as características de alguns, entre os quais a de uma observadora atenta, reflexiva, interrogando mais do que questionando, intinerante atenciosa por becos, ruas e avenidas do conhecimento. Lembro-me muito de Luiza Nóbrega, Luiza Maria Nóbrega, cujo futuro profissional se delineava com evidência por seus antecedentes pessoais e acadêmicos.

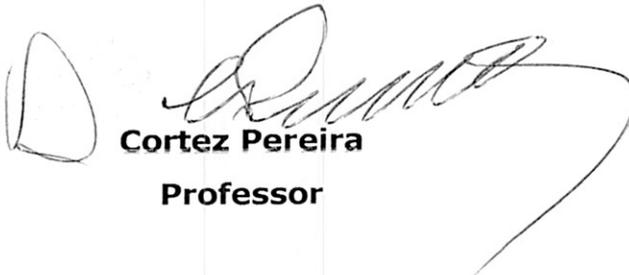
Todo esse futuro que parecia ser e que não foi, tornou-se um longo período de sofrimento, intranquilo, até desesperador. Houve clandestinidade, perda de liberdade, perseguições, reclusão por "crime" que não houve, a não ser contra ela mesma.

A gravidade de todas essas coisas, absolutamente desproporcionais como reação ao comportamento que eu conheci de perto, de muito perto, que me permite julgá-las injustas e até mesmo absurdas, tanto na essência do erro, quanto no mal de suas conseqüências.

A reparação que se impõe será um simples adjetivo de justiça, porque a reparação substantiva de tudo que houve, torna-se absolutamente impossível...



A MEDALHA DE MÉRITO UNIVERSITÁRIO À LUIZA MARIA NÓBREGA, ASSINADA PELO REITOR ONOFRE LOPES POR TER SIDO "O MELHOR CONCLUINTE DE 1970 DO CURSO DE DIREITO DA UFRN", SIGNIFICA MUITO, UM MUITO AMPLIADO POR TODA AUTORIDADE QUE É IMPOSTA PELA ASSINATURA DE ONOFRE LOPES.


Cortez Pereira
Professor

PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço a(s) firma(s) de Cortez Pereira
() da verdade.

06 SET. 2002

TRIBUNAL DE RIO GRANDE
Selo de Autenticidade
ANOREG-RN
FIRMA 1
AAH03408

Cortez Pereira - Substituto
 Ana Lídia Procópio de Moura - Substituta
 Alexandre Magnus P. de Moura - Substituto
 Henrique Procópio de Moura - Substituto



VESTIBULAR

INSCRITO EM 14/01/1966 SOB O N.º 17

Matérias	Português	Org.	XXXX Inglês	História
Prova Escrita	6,00	8,00	7,00	8,00
Prova Oral	6,00	-	7,00	-
Média	6,00	-	7,00	-
MÉDIA GERAL	7,25			

JULIZA MARIA NOBREGA

M. Nº 22 3.º Ano 2.2.68 M. Nº 18 2.º Ano 30/1/67 M. Nº 40 1.º Ano 3/3/66

Nome: **JULIZA MARIA NOBREGA**
 Nacionalidade: **BRASILEIRA**
 Data Nascimento: **23 DE JUNHO DE 1946**
 Estado Civil: **---**
 Pai: **JOSÉ CESAR NOBREGA**
 Mãe: **ALBANISA NOBREGA**
 Instituição: **APTALTEZA - CEARÁ**

Introdução à Ciência do Direito		Teoria Geral do Estado		Economia Política		Direito Romano	
Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -9,00 Set. (Exerc.) -F Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 7,80	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -10,00 Set. (Exerc.) -10,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 10,00	Abril (Exerc.) -8,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Exerc.) -10,00 Set. (Pesq.) -9,00 Out. (Pesq.) -9,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 9,40	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -8,00 Set. (Exerc.) -7,00 Out. (Pesq.) -9,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 9,20	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -10,00 Set. (Exerc.) -9,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 9,60	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -10,00 Set. (Exerc.) -10,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 10,00	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -10,00 Set. (Exerc.) -10,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 10,00	Abril (Exerc.) -10,00 Maio (Exerc.) -10,00 Junho (Pesq.) -10,00 Set. (Exerc.) -10,00 Nov. (Exerc.) -10,00 Média Final - 10,00
Direito Civil		Direito Penal		Direito Público Constitucional		Ciência das Finanças	
Direito Civil		Direito Penal		Direito Comercial		Direito Internacional Público	
Abril (Exerc.) 9,00 Maio (Exerc.) 10,00 Junho (Pesq.) 10,00 Set. (Exerc.) 8,00 Nov. (Exerc.) 8,00 Média Final - 9,00	Abril (Exerc.) 10,00 Maio (Exerc.) 10,00 Junho (Pesq.) F Set. (Exerc.) 10,00 Nov. (Exerc.) 10,00 Média Final - 8,00	Abril (Exerc.) 9,00 Maio (Exerc.) 7,00 Junho (Exerc.) 6,00 Set. (Pesq.) 7,00 Out. (Pesq.) 7,00 Nov. (Exerc.) 7,00 Média Final - 7,20	Abril (Exerc.) 10,00 Maio (Exerc.) 9,00 Junho (Exerc.) 9,00 Set. (Pesq.) 9,00 Out. (Pesq.) 8,00 Nov. (Exerc.) 9,00 Média Final - 9,00				

Dependência anterior

Média

Oral

Formulário

9.ª Anota

1.ª Anota

Confere com o original UFRN - CCSA - CURSO DE DIREITO

Departamento de Direito Público

Roberto Cortez Gomes
 Roberto Cortez Gomes

Direito Civil	Direito Comercial	Direito Judiciário Civil	Direito Judiciário Penal	Direito Administrativo
Abril (Exerc.) 9,00	Abril (Exerc.) 6,00	Abril (Exerc.) 8,00	Abril (Exerc.) 9,00	Ab. (E) 8,00
Maio (Exerc.) 9,00	Maio (Exerc.) 7,00	Maio (Exerc.) 8,00	Maio (Exerc.) 8,00	Ma. (E) 8,00
Junho (Pesq.) 9,00	Junho (Pesq.) 7,00	Junho (Pesq.) 8,00	Set. (Exerc.) 8,00	Set (E) 6,00
Set. (Exerc.) 9,00	Set. (Exerc.) 6,00	Set. (Exerc.) 9,00	Out. (Pesq.) 9,00	Out (I) 7,00
Nov. (Exerc.) F	Nov. (Exerc.) 8,00	Nov. (Exerc.) 8,00	Nov. (Exerc.) 9,00	Nov (E) 7,00
Média Final - 7,20	M.P.E. - 6,80	Média Final - 8,20	Média Final - 8,60	M.F. - 7,20
	P. Oral - 5,00			
	Média Final - 6,08			

Direito Civil	Direito Judiciário Civil (Frequência)	Direito Penitenciário	Direito Internacional Privado	Direito do Trabalho	Direito Administrativo (Frequência)
Abril (Exc) 10,00	Abril (Exc) 10,00	Abril (Exc) 10,00	Abril (Exc) 10,00	Abril (Exc) 10,00	Junho (Exc) 5,00
Junho (Exc) 10,00	Junho (Exc) 10,00	Junho (Exc) 8,00	Junho (Exc) 8,00	Junho (Exc) 9,00	Out. (Exc) 9,00
Set. (Exc) 10,00	Set. (Exc) 10,00	Set. (Exc) 7,00	Set. (Exc) 7,00	Set. (Exc) 8,00	RESQUISA 5,00
Out. (Exc) 9,00	Out. (Exc) 9,00	Out. (Exc) 8,00	Out. (Exc) 8,00	Out. (Exc) 10,00	2ª Época:
Média Final 9,80	Média P. E. 9,86	Média Final 8,40	Média Final 8,40	Média Final 9,20	Média P. E. 6,66
	P. Escrita - 5,00				P. Escrita 7,00
	P. Oral - 8,00				P. Oral 5,00
	Média Final 8,06				Média Final 5,26

BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Em 11 de DEZEMBRO de 1970

OBSERVAÇÕES: Em 1969 a média para aprovação nos exames finais foi 4,00. Classificada entre 25 alunos, em 1º lugar, com 8,55

UFRN - CCSA - CURSO DE DIREITO

Gláucio Cortez Gomes
Gláucio Cortez Gomes
Coordenador

F. G. Catunda Resendo
Consul-Adjunto



A PRESENTE FOTOCOPIA FOI POR MIM CONFERIDA COM O DOCUMENTO ORIGINAL E ACHADA CONFORME.

Lisboa, 21 de Fevereiro 1984 média (8,55)

F. G. Catunda Resendo
Consul-Adjunto

Dependência	2ª época	Completo	Oral	Média	Documentos anteriores

GILENO GUANABARA

**FACULDADE
DE DIREITO
DE NATAL.**

LUTAS E TRADIÇÕES

1949 1973



RN GRÁFICA E EDITORA LTDA
1988



procedeu o seu interrogatório e identificação, o que foi realizado pelo Superintendente da PF, Hugo Póvoa. No mês de agosto do mesmo ano tomou conhecimento de sua condenação a um ano de reclusão, por sentença da 7ª Auditoria Militar do Exército, em Recife. De 31 daquele mês até 28 de dezembro de 1972, esteve recolhida à cela das mulheres da Penitenciária João Chaves, em Igapó. Ali conviveu com quatro presas comuns. Dentre outras recebeu a visita do Professor Antônio Soares de Araújo Filho, em nome dos demais professores da Faculdade de Direito. O seu advogado foi o Dr. Roberto Brandão Furtado. Solta, Lúcia Dantas passou a trabalhar nas oficinas do "Diário de Natal". Foi sindicalista e com a redemocratização começa a se dedicar à advocacia sindical. Atualmente é dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A Atividade Política de Maria Lúcia Nóbrega

A acadêmica Lúcia Maria Nóbrega teve nos primeiros anos do curso um comportamento discreto e um relacionamento contraditório perante os colegas. Questionava nas discussões as posições alheias em relação às suas, que defendia com convicção. Possuidora de conhecimentos gerais, obtinha todos os meses as melhores notas de avaliação, em todas as cadeiras do curso. A sua auto-suficiência era, entretanto, aparente, como igualmente sua não religiosidade. Mudou rapidamente de um extremo a outro.

Quando do ano letivo de 1968, os primeiranistas deram fim ao apoliticismo de Lúcia. O comportamento inusual, a irreverência do emocionalismo das posições assumidas pelos calouros nas reuniões de que participou, atraíram-na. Teoricamente não vislumbrava diferenças ideológicas entre os grupos que passaram a disputar-lhe a adesão. Só na prática é que começaria a vê-las.

Emocionalmente incorporou-se ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), mais por admiração às pessoas de Juliano Siqueira e Emanuel Bezerra dos Santos. Em visita a este último, preso no ano de 1969, consolidou sua adesão a uma prática política sectária. Reuniões com lideranças e militantes do PCR, em Natal e outras capitais, a panfletagem durante a noite pelas ruas da cidade, ou o trabalho de preparação de jornais, foram as tarefas a si atribuídas. Içada ao cargo de direção "nacional" do partido, que apenas tinha atuação regionalizada no Nordeste brasileiro, não recusou a determinação partidária de "cair na clandestinidade", como fizeram outros dirigentes. Jovem de classe média, seus hábitos mudaram, passando a morar num "aparelho", a dormir no chão, convivendo com insetos, coberta de piolhos, enquanto era obrigada a cumprir suas tarefas partidárias. Afora estas idéias, eram tidos quaisquer ações ou pensamentos em conta de "resquícios burgueses".

Tendo concluído o curso da Faculdade de Direito, submeteu-se a vestibular e passou a frequentar a Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, em Natal, em 1971.

Com o aumento do cerco da repressão ao PCR, as defecções tornaram-se notórias, enquanto o rigor da disciplina partidária interna tornava-se mais rígido. Era considerada pelos demais dirigentes uma "cristã", recaindo sobre si a neurose dos militantes aterrorizados com a brutal repressão das forças de segurança do regime, ou dos que se satisfaziam em decretar data e hora para o desencadear da "revolução". A luta armada se tornara cada vez mais dogmática entre os dirigentes do PCR.

À chegada a Natal do General Meira Matos, para o comando da Guarnição Militar e a decisão de proceder uma "pichação" contra a pessoa daquele militar, Lufza foi vista ao volante do carro que realizava aquela tarefa. A partir de então foi seguida por policiais civis, enquanto a casa de seu pai era vigiada dia e noite. A antecipação da notícia de sua prisão na Faculdade de Sociologia serviu para que precipitasse sua decisão de abandonar o PCR e fugir de Natal, através do auxílio de parentes, indo viver no Rio de Janeiro.(10)

Foi indiciada em inquérito policial militar e foi julgada à revelia e condenada à pena de seis meses de reclusão, pela Auditoria Militar do Recife. A pena prescreveu, sem que Lufza se apresentasse ao júízo que a condenou.

Dedicou-se às artes plásticas. Não exerceu a advocacia. Até a prescrição da pena que sofreu viveu na clandestinidade.

Enviou uma carta aos dirigentes do PCR, comunicando o seu desligamento do Partido. Recebeu a resposta de um militante local que arquivara a sua comunicação, como prova de sua deserção, para que, posteriormente, com a vitória da revolução, fosse justificada.(11).

As Perseguições sobre François Silvestre de Alencar (12)

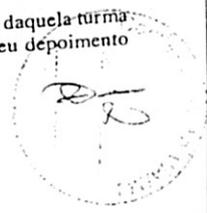
Com a prisão de Emanuel Bezerra, em 1969, François foi candidato único à Presidência da Casa do Estudante. A eleição não se realizou, em face da invasão da Casa do Estudante por tropas do Exército, dando-se a prisão de François no Regimento de Obuses (RO), em Natal.

Anteriormente, a sua primeira prisão decorreu dos termos do dis-

(10) A sua fuga decorreu da observação de que policiais vigiavam a casa de seu pai, na Rua Apodi. Com a divulgação do boato de sua prisão, o que foi antecipado na Faculdade de Sociologia, compreendeu que era chegada a hora de desaparecer, sem antes queimar todo o arquivo de que era possuidora: panfletos, documentos, revistas, etc. Para a viagem em segurança, pintou o cabelo de louro, usou óculos escuros, mudou o visual.

(11) Coube a Rinaldo Claudino de Barros, após receber, arquivar a carta de Lufza, segundo o seu depoimento.

(12) François submeteu-se a vestibular no ano de 1969, sendo integrante daquela turma do curso da Faculdade de Direito de Natal. Foi tomado por fonte o seu depoimento prestado a "Dois Pontos", edição de 26 de julho de 1985, Natal-RN.



TRIBUNA NORTE

FUNDADOR: ALUIZIO ALVES

NATAL — QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1971

AVENIDA TAVARES DE LIRA 191/105

NUMERO 64 — ANO XXII

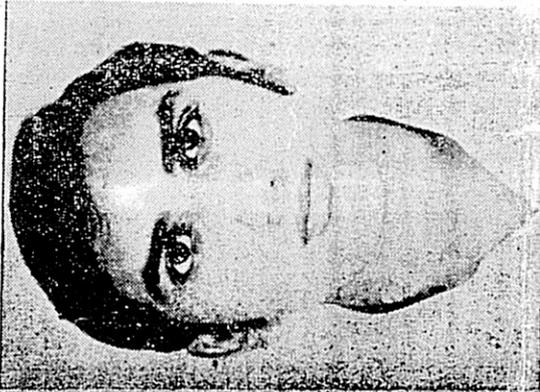
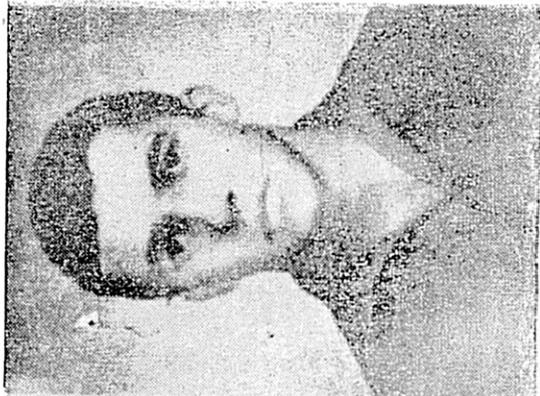
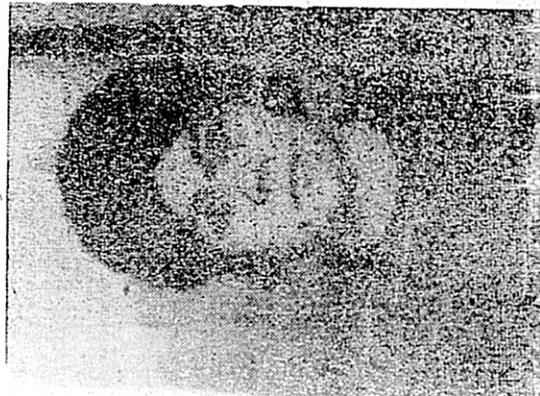
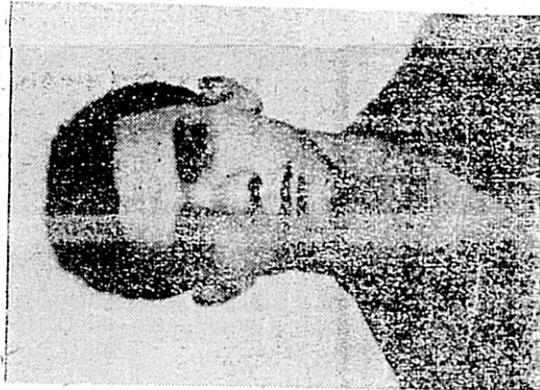
Brasil protesta contra pressão norte-americana

Autoridades militares concluem IPM sobre subversão no Estado

O Governo brasileiro recebeu com profunda estranheza o notícia de que o plenário da Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América resolveu adiar indefinidamente a aprovação da legislação complementar, que porá em vigor naquele país, até 30 de setembro de 1973 o acordo internacional do café.

Esta estranheza vê-se agravada pela razão a legada qual seja a contravenção Brasil — Estados Unidos em matéria de pesca na faixa compreendida nas duzentas milhas de mar territorial recém adotada pelo Governo brasileiro.

O Governo brasileiro manifestou ao Governo norte-americano "estar certo de que este honrará os compromissos assumidos em relação ao acordo internacional do café."



Além disso

Por mais que temessemos pudessem, se impacientam ou até, por vezes, parecem desesperar, para dizer a que desajustamos que não acontecesse, cada um e a todos que somos todos par a linha dos órgãos de segurança e investidos que publicamos em outro local desta edição mostra uma verdade inamável e repulsa: a sedução de jovens estudantes secundaristas contra os por elementos submetidos por tecnologia alienígena a serviço da subversão.

Daí a grande responsabilidade dos pais e mestres. É preciso pedir com preensão aos moços. Entende—los no seu inconformismo e mostrar—lhe que agora estamos lhes pedindo uma chance para aceitar o passo, somar os nossos esforços as suas esperanças, juntar a nossa experiencia a sua idealismo e construir, aqui, de nos para nós, uma sociedade aberta, consentânea com os princípios da tradição e da atualidade.

Somos uma Pátria imensa, de imensas possibilidades. É um povo que nunca buscou na luta fratricida solução.

Os detalhes inseridos na nota são significantes. Verifica—se, de um lado, os que já se perderam pela submissão a um processo que a privação por a ser de inconformismo para depois transformar numa cadeia de ódios e injustiças e, do outro, uns poucos jovens — felizmente poucos — seduzidos por migalhas de dinheiro, mas, muito mais do que isso, iludidos nos seus sonhos e esperanças.

Quisáramos que nossas palavras chegassem a cada um desses jovens, quisáramos também que as nossas palavras chegassem aos outros jovens, os que não se deixaram iludir pela palavra, mas que também sonham e an-

uma só legenda, uma só convicção: Brasil dos brasileiros.

Este o ideal que os jovens querem alcançar, com a pressa e o vigor próprios da mocidade; este o caminho tão bem palmilhado — ainda que cheio de perigos — por nós, os velhos. Por que não sonar, então, a impaciência dos moços, com a experiencia dos maduros e partirmos, juntos, para a caminhada definitiva, deixando à margem as filias e os dogmas que nenhum sentido positivo podem trazer à nacionalidade?

É preciso um reencontro com a responsabilidade dos pais para com os filhos. É preciso velar sobre a inquietude de de nossa juventude evitando que ela venha a mergulhar no marginalismo da subversão.



HIPÓLITO FERNANDES ROCHA

Teodorico Bezerra vai deixar o Grande Hotel

O sr. Teodorico Bezerra, que entregou o prédio do Grande Hotel ao Governo do Estado, está fora do Brasil. Antes, do Tribunal de Justiça, no apelo do mandado de segurança impetrado pelo atual arrendatário do hotel, para que não fosse obrigado a desenvolver o imóvel, que arrendou há mais de trinta anos. O relator da matéria foi o desembargador Amaro Mattoso.

O último contrato firmado pelo sr. Teodorico Bezerra para concessão do Grande Hotel foi ainda no Governo do sr. Sívio Piza Pedrosa. Pelo preço íntimo de Cr\$ 10.000 (dez cruzados) mensais, o contrato existiu até alguns meses passados, quando expira a data da concessão. O então governador Moinhos de Deus, que arrendou a casa para o sr. Teodorico Bezerra, impetrou mandado de segurança justamente no sentido de não entregar o prédio. Perante essa decisão, ele pretende participar da concorrência pública que o Governo do sr. Cordeiro de Faria vai abrir nos próximos dias.

territorial brasileiro o que se constituiria "intolerância vel pressão sobre assunto da competência soberana do Brasil".

Governo
permanecerá
em
justiça
de
instituições

A banca governista na Assembleia Legislativa votou o projeto de autoria do deputado emendadista Gabriel Filho que concede anistia das multas e parcelamentos de débitos para os detentores do Fisco Estadual. A decisão, adotada por maioria de votos, foi tomada após discussão sustentada pelos deputados Gabriel Filho, (lider do MDB) e Diniz Carneira, que fizeram apelo ao Governo Estadual no sentido de ter a Assembleia concedendo aqueles favores ao Comércio e Indústria do Estado.

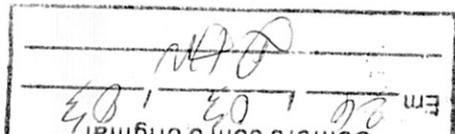
Preço de
Cr\$ 0,50

Além de Gerardo Magela Torres Fernandes da Costa, Hiran de Lima Varella, Luiz Maranhão Filho, Virgílio Gomes da Silva, Edson Neves Quaresma, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, entre os mortos e desaparecidos políticos do Rio Grande do Norte, vítimas da repressão durante a ditadura militar, há o corpo não resgatado do ex-estudante José Sílton Pinheiro Soares, nascido a 31 de maio de 1948, na localidade de Japicanga, município de São José de Mipibu.

Segundo Jacob Gorender (Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das lutas perdidas à luta armada", p.201), a 17 de janeiro de 1973, os jornais noticiaram as mortes, em suposto tiroteio no Grajaú, subúrbio do Rio de Janeiro, de Sílton, Fernando Sandália, Getúlio Cabral, José Barolomeu Rodrigues de Souza e Luciana Ribeiro da Silva (Lourdes Maria Wanderley Pontes). Os cadáveres estavam crivados de balas e carbonizados. O suposto tiroteio teria ocorrido a 29 de dezembro de 72.

José Sílton Pinheiro era filho de Milton Gomes Pinheiro e Severina Gomes Pinheiro e tornou-se orfão de mãe ao nascer, tornando-se filho adotivo de uma tia, Maria Gomes Pinheiro, a "Tia Lira", que lhe dispensa toda a atenção passa a ser a sua verdadeira mãe. Passa a infância no Sítio Pium, onde mora com a mãe adotiva, o pai e os avós paternos. Faz o curso ginasial no Colégio Marista Santo Antônio, onde tornou-se líder de classe e depois, presidente do Diretório Marista de Natal em 1965, ainda sem qualquer orientação política de esquerda.

Em 1966, entra em contato com o movimento progressista da Igreja, participando para as questões sociais e dando curso o 1º ano científico. Pedindo para se tornar irmão Marista, é despedido para Recife e estuda no Colégio de Apipucos durante o ano de 1967. Sua inquietação política e vontade de encontrar respostas para as questões sociais estouram os limites da vocação religiosa, mesmo de caráter progressista como era o caso. Retorna a Natal e conclui o curso científico na rede pública de ensino em 1968. Ai, direciona sua forma-



ção política, até então muito difusa, no sentido do socialismo, seguindo um parente próximo. Presta exame vestibular em 1969 e ingressa na UFRN, onde entra em contato com a esquerda organizada (Partido Comunista Revolucionário-PCR e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR), passando por um processo de discussão que culmina com seu ingresso no PCBR em 1970, ano em que participa de várias ações de guerrilha urbana, no Rio Grande do Norte. Em junho de 1971, o Exército faz publicar nota na imprensa local "sobre a subversão no Estado", na qual José Sílton Pinheiro, Maria Luíza Nóbrega (ex-namorada de Emanoel Bezerra dos Santos), Maurício Anísio de Araújo, Irapuan Fernandes Rocha e Edilson Romariz Machado aparecem como os "cabeças" na área estudantil natalense. Em seguida, procurado pela repressão, sai do RN e entra na clandestinidade. Preso nos últimos dias de dezembro de 1972 (entre 26 e 30/12) é torturado até a morte sem passar qualquer informação para a repressão, segundo informou um ex-cadeado do Exército, seu primo, Irapuan Fernandes Rocha, dono de um bar em Neópolis, ex-militante do PCBR e ex-presó político, a pedido do repórter, escreveu: "Um dia, num momento de reclusão da história, os verdadeiros vultos assumam os seus postos, e a escória voltará ao lugar de origem, o esgoto. Porém, assim como a aurora precede o dia, nunca a noite será tão escura para impedir que se fale sobre Sílton Pinheiro Gomes, ou simplesmente Soares, como foi batizado na clandestinidade. Nesta fala, os deslizes eventuais vão por conta de considerá-lo meu companheiro mais companheiro, apesar de vir de uma geração mais nova que a minha.

"Quando o conheci, a alegria manifiesta pelo sorriso franco, me contagiava. Sua disposição para a luta extrapolava o critério ideológico, apesar do atabalhoado do cumprimento das tarefas, um tanto e quanto deslidente. Jamais em um instante sequer porém, titubeou. Era um autêntico "pê-de-hoi". Não sei se ao morrer cometeu algum tipo de falha. A última imagem em vida do companheiro, foi a da nossa despedida dos fundos do Teatro Santa Isabel,

no Recife. Ali, ao ouvir minhas ponderações de firmeza ideológica, ficou a promessa de com exemplos, demonstrar sua condção de comunista. Com lágrimas nos olhos, como todo ser superiormente simples, demonstrando o companheirismo integral na ante-visão da saúde, ou da preocupação pelo destino comum. Como sempre fora seus arrebatamentos, quer na ação direta, quer numa simples reunião com camponeses pelo interior. Se não havia transporte, ia-se a pé, pois para ele a distancia não existia", disse Irapuan Rocha.

O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular-RN vai enviar esforços, para recuperar os restos mortais de José Sílton Pinheiro, Edson Neves Quaresma, Gerardo Magela Torres, Lígia Maria Salgado Nóbrega e Virgílio Gomes da Silva, assim como já fez com os de Emanoel Bezerra dos Santos.

Foto: Douglas Mansur



Cemitério Campo Redondo, em Vila Formosa: destino de presos políticos

Secretário diz que militante morta em 72 não é sua irmã

O chefe da Casa Civil da Prefeitura do Natal, Laurence Nóbrega, desmentiu, ontem os rumores de que a guerrilheira Lígia Maria Salgado Nóbrega, metralhada no dia 29 de março de 1972, na casa em que se encontrava no bairro de Quintino, Rio de Janeiro, fosse sua irmã.

Foto: Cédida

Lígia atuava na organização "Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-PALMARES, durante o regime militar, era natural de Natal, onde nasceu a 30 de julho de 1947, sendo filha de Francisco Gorgônio Nóbrega.

"Uma irmã minha, Luíza Maria Nóbrega, com o codinome "Ana", atuou no PCR (Partido Comunista Revolucionário) e fugia de Natal quando a Polícia Federal invadiu o prédio da Fundação José Augusto, onde estudava Sociologia. Ela estava nos fundos do prédio, mas os agentes invadiram pela frente. Luíza pulou o muro dos fundos e foi para a casa da mi-

riam se originado da ligeira semelhança dos nomes "Lígia Nóbrega" e "Luíza Nóbrega" e que a guerrilheira morta deve ser sua parente, "pois todos os Nóbregas são parentes". Laurence nunca ouviu falar em Lígia Maria. O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular-RN, dirigido por Roberto Monte, acreditava que Lígia fosse irmã do auxiliar do prefeito Aldo Tinoco. Mesmo assim, o CDHMP vai resgatar os restos mortais de Lígia Maria, nome de praça do Rio de Janeiro. Foi a terceira de uma família de seis irmãos. Nasceu a 30.07.47 em Natal, RN, e pequena veio para São Paulo onde estudou, terminando o curso de Normalista no Colégio Estadual Fernão Dias Pais, informa o folheto distribuído pelo CDHMP.



Lígia Maria Nóbrega

Em 1967, entrou no curso de Pedagogia da USP e se destacou pela sua capacidade intelectual de liderança e empenho

em abrir horizontes, modernizar métodos de ensino, implicar as pessoas em sua responsabilidade social e em uma vida digna onde os direitos humanos fossem respeitados e o indivíduo um verdadeiro cidadão participando ativamente dos destinos do Brasil.

Esses mesmos direitos humanos negados pela ditadura militar que asfixiava o povo brasileiro e os ideais de renovação por uma sociedade justa e igualitária. Esses direitos pelos quais os estudantes da época lutavam e que levaram tantos outros jovens a lutar de forma heroica por um Brasil mais justo, digno e fraterno.

Lígia Maria ingressou na luta armada em 1970. Em 29 de março de 1972, a casa em que residia foi invadida por agentes do DOI-CODI. Com Lígia, foram mortos os seus companheiros Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Lobo Leite Figueiredo.

CPJ. Mar. - 18.10.72

Proc. n. 69/71

Acusados: ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ e outros. - Art.39,I e 45,I,DL 898/
SENTENÇA:

Vistos, etc.

ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ, LINDEMBERG SILVA, EDILSON ROMARIZ MACHADO, IRAPUAN FERNANDES DA ROCHA, JOÃO, RAUL ou RUBENS, MAURILIO ANIZIO DE ARAUJO, LUIZA MARIA NOBREGA e JOSÉ SILTON PINHEIRO, qualificados às fls. 2 e 3, dos autos, respondem ao presente processo, como incurso nos artigos 39, inciso I e 45, inciso I, tudo do Decreto Lei 898/69, porque, segundo a denúncia, de fls. 2 a 4, "os acusados, como ficou demonstrado no inquérito junto, são todos eles elementos do PCBR, atuantes da subversão. Com a detenção do acusado Alvamar Costa de Queiroz ficou esclarecido que tomaram parte no pichamento, com frases subversivas, nas ruas de Natal, na madrugada de 16 de abril de 1971, os de nome Alvamar Costa de Queiroz, Edilson Romariz Machado, "Caçara", Luiza Maria Nobrega e um subversivo de nome Raul, Rubens ou João. Luiza Maria Nobrega, em março deste ano, entregou ao indiciado Alvamar Costa de Queiroz, cerca de vinte (20) boletins subversivos, para serem colocados no banheiro e salas de aula do Colégio Estadual Atheneu Norteriograndense. O acusado Irapuan Fernandes Rocha tem sido atuante no meio subversivo estudantil. No dia 15 de abril, deste ano, os demais acusados Luiza Maria Nobrega, Edilson Romariz Machado, munidos com uma bomba "spray" iniciaram o pichamento na travessa Pedro Afonso. Os objetos apreendidos são nitidamente de natureza subversiva. O acusado Irapuan Rocha guardou no estabelecimento de seu genitor material do PCBR, como sejam: dois mimeógrafos, uma lata de pólvora, pregos de duas pontas, que serviria, digo, que seriam usados no fabrico de bombas. Participantes da campanha do "VOTO NULO", em novembro de 1970, hospedou em sua residência o terrorista Marcelo Mario de Melo, hoje condenado nesta Auditoria Militar. É dirigente do PCBR, no Comitê Zonal. Está preso preventivamente por esta Auditoria Militar. Fizeram pichamento no banheiro do Alecrim, sendo que na parede da Padaria Estrela do Mar, na Travessa Pedro Afonso, fizeram um trabalho intenso de pichamento. Escreveram "Fora Medici e sua laia", numa envolvente propaganda subversiva contra a visita que o Sr. Presidente da República fazia ao Estado, no dia seguinte. Foram aí reconhecidos como participantes, autores desta frase os acusados Alvamar, Edilson Romariz e Lindemberg Silva."

A denúncia, de fls. 2 a 4, foi instruída com o inquérito policial militar, de fls. 5 a 205, sendo recebida pelo despacho, de fls. 206v.

Auto de apresentação e apreensão, de fls. 13.

Auto de apresentação e apreensão, de fls. 61.

Folha de antecedentes penais dos acusados, às fls. 111, 113, 152, 154, 156 n, 158, 160 e 107.

Certidões de sortelo e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, para o terceiro trimestre do corrente ano, às fls. 213.

Carta Precatória, de fls 214 a 232, pela qual foram citados os acusados Alvamar Costa de Queiroz, Lindemberg Silva e Irapuan Fernandes Rocha, os quais foram interrogados às fls. 235, 236 e 253 a 254.

Face aos termos das certidões, de fls. 222v. a 223 e 264v. foram os demais acusados citados por edital, conforme publicações, de fls. 273 a 277.

Termo de Curador de réu menor, referente a Lindemberg Silva outorgad, digo, Lindemberg Silva, deferido a Dra. Mercia de Albuquerque Ferreira.

Pracuração "Apud Acta", outorgada pelos acusados Alvamar Costa de Queiroz e Lindemberg Silva à dra. Mercia Albuquerque

573
A. C. S.

Mercia de Albuquerque Ferreira.

Indivíduos datiloscópicas, de fls. 248 e 249, dos acusados Lindemberg Silva e Alvamar Costa de Queiroz.

Procuração "Apud Acta" outorgada por Irapuan Fernandes Rocha outorgada a Dra. Mercia Albuquerque Ferreira.

Certidões de sorteio e compromisso de juizes em substituição, para o terceiro trimestre do ano de 1971.

Individual datiloscópica do acusado Irapuan Fernandes Rocha, às fls. 271.

As fls. 279, petição dos acusados Maurilio Anisio de Araujo e José Silton Pinheiro, requerendo a juntada de procuração outorgada à dra. Mercia de Albuquerque Ferreira.

As fls. 282, petição da acusada Luiz Maria Nobrega juntado procuração, de fls. 283, e documentos de fls. 284 a 301.

Certidões de sorteio e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, para o quarto trimestre de 1971, às fls. 303.

Termo de nomeação de curador dos réus reveis, Edilson Romariz Machado, João ou Raul ou, ainda, Rubens, Maurilio Anisio de Araujo, Luiza Maria Nobrega e José Silton Pinheiro, de fls. 305 a 309, deferidos ao Advogado de Ofício, conforme decisão constante da Ata de fls. 3311, digo, de fls. 311.

As fls. 312, ata da sessão do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, em que foram redigidos, lidos e aprovados os quesitos, de fls. 317, a serem apresentados às testemunhas du-
merárias.

As fls. 321, petição dos acusados Maurilio Anisio de Araujo, Lindemberg Silva e Irapuan Fernandes Rocha e Alvamar Costa de Queiroz requerendo juntada dos documentos, de fls. 322 a 352.

As fls. 354, petição do acusado José Silton Pinheiro requerendo juntada dos documentos, de fls. 355 a 359.

As fls. 361, petição do acusado Alvamar Costa de Queiroz requerendo juntada do rol de testemunhas de defesa.

Petição, de fls. 362, do acusado Lindemberg Silva apresentando rol de testemunhas de defesa.

Petição, de fls. 363, do acusado Irapuan Fernandes Rocha, apresentando rol de testemunha de defesa.

Certidões de sorteio e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha para o primeiro trimestre do corrente ano, às fls. 366.

Carta precatória, de fls. 370 a 409, em que foram ouvidas as testemunhas quatro (4) testemunhas numerárias, conforme Assentada, de fls. 403.

As fls. 415, petição da acusada Luiza Maria Nobrega, requerendo juntada dos documentos de fls. 416 a 418.

Petição, de fls. 423, dos acusados Alvamar Costa de Queiroz, Lindemberg Silva e Irapuan Fernandes Rocha protestando pela apresentação de quesitos suplementares, quando da audição das testemunhas de defesa.

Certidões de sorteio e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, para o segundo trimestre do corrente ano, às fls. 435.

Carta Precatória, de fls. 443 a 477 em que foram ouvidas sete testemunhas de defesa, conforme Assentada, de fls. 471.

Petição, de fls. 485, do acusado Irapuan Fernandes Costa, requerendo juntada dos documentos, de fls. 486 a 493.

No prazo do art. 427, do CPPM, só a defesa da acusada Luiza Maria Nobrega petição, peticionou, às fls. 495, ao mesmo tempo em que requereu juntada dos documentos, de fls. 496 e 497.

As fls. 502, petição do acusado Irapuan Fernandes Rocha, em que solicita seja posto em liberdade para aguardar solto o julgamento do presente processo.

Folha de antecedentes penais, da acusada Maria Luiz, digo Luiza Maria Nobrega, fornecido pelos órgãos policiais do Estado de Pernambuco, às fls. 503.

AUDITORIA DA 7.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

Handwritten marks and scribbles on the right margin.

Certidões de sorteio e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, para o terceiro trimestre do corrente ano, às fls. 507.

As fls. 510, Ata da sessão do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, em que foi indeferido o pedido de relaxamento de prisão preventiva, decretada contra IRAPUAN FERNANDES DA ROCHA, cuja decisão se acha às fls. 513 a 514.

Alegações escritas, produzidas pelo ilustrado representante do Ministério Público Militar, de fls. 521v a 522, que, em resumo, afirma que não há certeza quanto a autoria dos fatos descritos na denúncia; que, assim, a Procuradoria, sem convicção da certeza dos fatos, entrega o caso presente ao Conselho que fará a devida e costumada Justiça.

Alegações escritas, de fls. 526 a 529, produzidas pela defesa da acusada MARIA LUIZA NOBREGA que, em síntese, afirma que não há provas da existência do fato; que as testemunhas ouvidas na instrução são unânimes em inocentar a denunciada; que, assim, espera a absolvição de sua constituinte.

Alegações escritas, de fls. 531 a 534, elaboradas pela defesa dos acusados ALVAMAR COSTA QUEIROZ, IRAPUAN FERNANDES ROCHA, MAURILIO ANISIO DE ARAUJO, JOSE SILTON PINHEIRO e LINDEMBERG SILVA, que, em sumula, afirma que há acusados que nem são conhecidos pelas testemunhas, como o caso Irapuan, José Silton e Maurício; que não existe nos autos provas capazes de alicerçar uma condenação para seus constituintes, tanto assim que o Dr. Procurador não se animou em pedir a condenação dos mesmos; que, dessa forma, espera a absolvição de seus constituintes.

Alegações escritas, de fls. 536, produzidas pelo Advogado de Ofício, em favor acusados revelis Edmilson Romariz Machado e João, Raul ou Rubens, que, em resumo, afirma não há provas nos autos suficiente para uma condenação; que, assim, espera sejam os mesmos absolvidos.

As fls. 538, petição do ilustrado representante do Ministério Público Militar, requerendo juntada, digo, requerendo juntada dos documentos, de fls. 529 a 547, sobre os quais manifestaram-se as partes contrárias, por cotas, às fls. 548.

Certidões de sorteio e compromisso dos componentes do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, para o corrente trimestre às fls. 555.

Termo de Curador de réu revel - Alvamar Costa de Queiroz, deferido a sua advogada, Dra. Mercia Albuquerque Ferreira, conforme Ata, de fls. 558.

Ata da sessão do Conselho Permanente de Justiça, da Marinha, de fls. 558 a 559, em que foi o presente processo julgado. Após cumpridas as exigências do art. 432 do CPPM foi dada a palavra ao Dr. Procurador Militar que se reportou às alegações escritas de fls. 521v a 522, após tecer vários outros comentários sobre a prova produzida, para, afinal, requerer faça o Conselho a devida Justiça.

Dada a palavra a Dra. MERCIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA, advogada constituída de ALVAMAR COSTA QUEIROZ, IRAPUAN FERNANDES ROCHA, MAURILIO ANISIO DE ARAUJO, JOSÉ SILTON PINHEIRO e LINDEMBERG SILVA, pela mesma foi dito que se reportava às alegações escritas de fls. 531 a 534; que inexistem testemunhas, digo, inexistem provas para a condenação de seus constituintes; que tanto assim o é que o representante do Ministério Público desistiu da acusação formulada da denúncia; que, por conseguinte, espera a absolvição dos acusados. Dada a palavra ao Dr. BORIS TRINDADE, advogado constituído de LUIZA MARIA NOBREGA, pelo mesmo foi dito que se reporta às alegações escritas, de fls. 526 a 529; que inexistem provas nos autos e con, dessa circunstância a denunciada Luiza Maria Nobrega; que face ao presente a critério do Conselho; que, assim, espera sua absolvição. Dada a palavra ao Dr. JOÃO FONSECA, advogado de Ofício, pelos

acusados revelis, EDMILSON ROMARIZ MACHADO e o indivíduo que atende

AUDITORIA DA 7. CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

que atende pelos nomes de João, Raul ou Rubens, e pelo mesmo foi dito que se reportava às alegações escritas, de fls. 536, aduzindo que não há provas suficientes para uma condenação; que, assim, espera a absolvição de seus defendidos. A seguir passou o Conselho a decidir em sessão secreta.

ISTO POSTO:

Tratam os presentes autos de apurar a responsabilidade penal dos acusados ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ, LINDEMBERG SILVA, EDILSON ROMARIZ MACHADO, IRAFUAN FERNANDES DA ROCHA, JOÃO, ou RAUL, ou, ainda, RUBENS, MAURILIO ANIZIO DE ARAUJO, LUIZA MARIA NOBREGA e JOSÉ SILTON PINHEIRO, pela prática de atos atentatórios à segurança nacional, conforme descreve a denúncia, de fls. 2 a 4.

A denúncia dá os acusados como incursos nos artigos 39, inciso I e 45, inciso I, ambos os dispositivos do Decreto Lei 898/69.

O art. 39, inciso I, diz respeito ao incitamento à guerra ou à subversão da ordem político-social.

A prova coligida nos autos não faz a menor referência a fatos ou atos praticados pelos acusados que atentassem contra o inciso I, do art. 39, do Decreto Lei 898/69.

As testemunhas ouvidas nos dão notícias a respeito dos diversos pichamentos havidos.

A testemunha ARISTIDES BENIGNO DE MORAIS, depondo às fls. 403, afirma:

"que confirma as declarações prestadas no inquérito instaurado na Delegacia de Ordem Política e Social, desta Capital;...;que conheceu os acusados porque os mesmos estarem a uns quatro ou cinco metros de distância dela, testemunha;"

Essa mesma testemunha,prestando declarações no inquerito, às fls. 31, esclarece:

"que no interior do aludido carro, marca Volkswagen, escuro,possivelmente cinza ou azul claro desceram quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher, ficando um elemento ao volante; que o depoente dividiu bem que era uma mulher pois a mesma se encontrava vestida de blusa calça comprida, e lenço no cabelo, não podendo o depoente divisar bem a fisionomia da mesma;...;que dos quatro ocupantes do veiculo, conforme se recordou o depoente acima, dois foram reconhecidos pelo depoente, os quais moram nas imediações do depoente, e que se chamam LINDEMBERG e EDILSON, mais conhecido por "BITA";...;que depois deste fato o depoente foi dormir, tendo no dia seguinte tomado conhecimento através de D. Socorro, de que a parede da Padaria Estrela do Mar, cuja lateral dá para a rua Pedro Afonso havia amanhecido o dia com uma legenda escrita na mesma parede com tinta preta, nos seguintes dizeres: "FORA MEDICE E SUA LAIA";...;que D. Socorro declinou para o depoente os nomes de três ele, digo, de três dos elementos que estavam escrevendo na Parede, constando de: "Bita", Alvamar e Lindemberg;"

A testemunha MARIA DO SOCORRO DE ARAUJO FREIRE, ouvida na Carta Precatória, às fls. 404, diz:

"que confirma as declarações prestadas por serem a expressão da verdade, a qual lhe foi lida;...;que sabe de ciência própria que os acusados cometeram o crime que lhes são atribuídos;"

AUDITORIA DA 7.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

cia própria?

Quais são esses fatos que sabe a testemunha de ciência

Encontramos a resposta nas declarações prestadas às fls. 32, quando ela diz:

"que ao invés do automóvel aproximar-se parou a máquina, fato que levou a depoente a olhar por duas brechas que há na porta, divisando a presença de quatro pessoas, constante de uma jovem e três rapazes; que um rapaz e a moça do grupo dos quatro estavam sentados na esquina da Padaria, olhando para a rua do Areial; enquanto que outros dois rapazes estavam em pé na calçada da Padaria, como que assustados, preencutando algum movimento de gente ou automóvel; que a Padaria a que se referiu a depoente é a Estrela do Mar que dá frente para a rua do Areial; que os dois rapazes que estavam em pé na calçada da Padaria, na parte lateral da mesma, quando ouviram barulho de automóvel correram em direção a um beco próximo à casa da depoente, do mesmo lado, passando uma residência; que depois deste fato aproximou-se um automóvel de marca Volkswagen, azul claro, tendo o seu único ocupante falado com o rapaz e a moça que se encontrava na esquina da Padaria e olhavam para a rua do Areial;...; que depois que o automóvel foi embora os dois rapazes que se encontravam possivelmente escondidos no beco próximo rapaz, digo, próximo à casa da depoente se dirigiram à calçada da Padaria, tendo um dos rapazes, o qual a depoente reconheceu como sendo "BITA" tirado uma bomba de "spray", vista nitidamente pela depoente, que estava sob a sua camisa e começou a escrever as letras "PCR", dentro de um "X", já existente na parede, escrevendo depois a legenda: "FORA MEDICE E SUA LAIA", depois do que se dirigiu com os três companheiros em passos rápidos em direção à Rocas pela rua do Areial; que o rapaz que se encontrava com "BITA" e o a companhou da calçada da Padaria, para o beco e do beco para a Padaria, quando "BITA" escreveu a legenda, a depoente reconheceu, perfeitamente, como sendo ALVAMAR, visto a claridade existente no local e a distancia ser de, aproximadamente, oito (8) metros no máximo, da residência da depoente para a calçada da Padaria;...; que a depoente faz questão também de salientar que não há nenhuma sombra de dúvida de que os elementos que tomaram parte na ação de pichamento, na parede da Padaria Estrela do Mar são os três já citados, cu seja, LINDBERG, "BITA" e ALVAMAR, vistos como já disse anteriormente, devido à claridade existente na ocasião e à distancia da sua casa para o local, onde os mesmos se encontravam, terem possibilitado a depoente uma identificação clara, precisa e segura, e o fato, ainda, dos mesmos serem seus conhecidos e residentes no bairro onde mora a depoente, o que não aconteceu com referência à moça, pois é estranha à depoente."

AUDITORIA DA 7.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIARIA MILITAR

A testemunha JOSÉ DOS SANTOS BARROS, depoente às fls. 405v., relata:

"que sabe, apenas, que uma vez escoltando ALVAMAR da Colonia Penal para o 16º RI, nas proximidades do CIAT, na parede de uma Fábrica de Mosaico tinha um pichamento, que o acusado acima referido disse que tinha sido feito por ele."

A documentação trazida aos autos pelo ilustrado representante do Ministério Público Militar, constante de fls. 539 a

539 a 547, foca a atividade de alguns dos denunciados nas ações de pichamento dos lugares públicos na cidade de Natal.

As fls. 540, lê-se:

"que o interrogado recebeu através de Raul várias publicações mimeografadas referentes ao PCR, a fim de ter divulgação nos meios operariados, uma vez que fazia - críticas aos homens de empresa;"

Para, ainda, no mesmo documento, às fls. 541, encontramos:

"que, quando da assunção do Gen. Meira Matos, no Comando da ID/7, houve uma ação de colagem de selos nos postes da cidade, com dizeres contrários à presença daquele militar em Natal/RN, fato que chegou ao conhecimento do interrogado e que o autor teria sido Alvarar, através noticiário e de conversa mantida por Reinaldo;"

No documento, de fls. 544 a 547, encontramos as seguintes passagens:

"que o interrogado tem conhecimento de que Luiza Maria Nobrega foragiu-se desta cidade de Natal, através recurso da própria família, por haver a mesma sido procurada por Agentes de Segurança, como autora de pichamentos de logradouros públicos, quando da visita do Excelentíssimo Presidente da República, Emílio Garrastazú Médice;...; que quanto a Alvarar sabe ter o mesmo participado da pichação acima referida, em companhia de Luiza Maria Nobrega;...; que o interrogado esclarece que no pichamento havido em 1971, quando da passagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por esta cidade o interrogado não participou do mesmo, porém cedeu seu automóvel particular para Raul, sem saber o qu, digo, saber que o fazia para aquela destinação, uma vez que Raul lhe dissera que o empréstimo do automóvel serviria para fazer uma mudança de um local para o outro; que, posteriormente, soube que o referido carro foi usado para o pichamento acima mencionado e que tomaram parte do mesmo Luiza Maria Nobrega, Raul, Alvarar e Judite;"

O interrogatório do acusado Alvarar Costa de Queiroz, às fls 235 a verso, por seu lado, esclarece o fato da distribuição de panfletos no Atheneu Nortteriograndense.

Diz o acusado:

"que com referência à distribuição dos panfletos descritos na denúncia o interrogado tem a esclarecer que foi procurado por uma moça, que atendia pelo nome de "ANA", sua conhecida de algum tempo, cujo nome verdadeiro o interrogado desconhecia, que lhe solicitou tomasse o lugar e distribuisse no colégio do interrogado, ou seja, no Colégio Estadual Atheneu Nortteriograndense uns boletins subversivos; que essa entrega lhe foi feita de frente ao prédio do Atheneu; que o interrogado ingressou no colégio, indo, diretamente, para o banheiro onde passou a ler os referidos boletins; que como constatasse serem os mesmos de natureza subversiva, criticando ao Governo Constituído, resolveu não distribuí-los, deixando-os naquela dependência, no intuito de após o término das aulas dali retirá-lo; que ao término das aulas procurou os referidos boletins, não os encontrando no banheiro; ...; que o interrogado esclarece que de

50
579

"esclarece que de uma feita, por volta das 2,00 horas da madrugada, passando na rua do Areial viu a acusada Ana, num Jipe, tendo esta inclusive lhe chamado; que a rua do Areial é próxima da travessa Pedro Afonso, onde se situa a Padaria Estrela do Mar;"

Como se vê da prova coligida, verifica-se que os acusados ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ, MARIA LUIZ, digo, LUIZA MARIA NOBREGA, EDILSON ROMARIZ MACHADO, vulgo "BITA", LINDEMBERG SILVA, e o indivíduo que atente pelos nomes de RAUL, JOÃO ou RUBENS participaram de várias ações de pichamento.

O pichamento constitui uma das formas de comunicação social.

Tipificado, pois está o delito previsto no artigo 45, inciso I, do Decreto Lei 898/69, imputado aos acusados ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ, LUIZA MARIA NOBREGA, EDILSON ROMARIZ MACHADO, vulgo "Bita", LINDEMBERG SILVA e o indivíduo que atende pelos nomes de RAUL, JOÃO ou RUBENS.

A prova constante dos autos não nos dá notícia da participação dos acusados Irapuan Fernandes da Rocha, Maurilio Anízio de Araujo e José Silton Pinheiro nas pichações mencionadas na denúncia, de fls. 2 a 4.

Os acusados são primários.

Atendendo às circunstâncias judiciais do artigo 69 do Código Penal Militar, é de fixar-se a pena base, para os acusados Alvamar Costa de Queiroz, Luiz Maria Nobrega, Edilson Romariz Machado, Lindemberg Silva e ao indivíduo que atende pelos nomes de Raul, João ou Rubens, em um (1) ano de reclusão, como incurso no art. 45, inciso I, do Decreto Lei 898/69, pena essa que se transforma em definitiva por falta de causas de exacerbação da pena.

Por todas essas razões, e mais o que consta dos autos, resolve o CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA, da MARINHA, por unanimidade de votos, julgar PROCEDENTE EM PARTE a denúncia, de fls. 2 a 4, para ABSOLVER, por unanimidade, os acusados MAURILIO ANIZIO DE ARAUJO e JOSE SILTON PINHEIRO, e por maioria de votos, o acusado IRAPUAN FERNANDES DA ROCHA, por não existirem provas suficientes para a condenação e CONDENAR os acusados ALVAMAR COSTA DE QUEIROZ, LINDEMBERG SILVA, EDILSON ROMARIZ MACHADO, e o indivíduo que atende pelos nomes de "RAUL", "JOÃO" ou "RUBENS", e LUIZA MARIA NOBREGA, cada um, à pena de um (1) ano de reclusão, como incurso no art. 45, inciso I, do Decreto Lei n. 898/69.

Lance-se o nome dos condenados no ról de culpados. Expeça-se mandado de prisão contra os acusados condenados.

Expeça-se alvará de soltura em favor do acusado Irapuan Fernandes da Rocha.

P.R.I. e comunique-se.

Sala das sessões do Conselho Permanente de Justiça da Marinha, Auditoria da 7a. Circunscrição Judiciária Militar, Recife, 18 de outubro de 1972.

Sérgio Pietroluongo
SERGIO PIETROLUONGO - Cap. Corv. - Presidente

José Pereira da Silva
JOSE PEREIRA DA SILVA - Cap. Ten. - Juiz

VENCIDO:

Votei para condenar o acusado IRAPUAN FERNANDES? à pena, digo, IRAPUAN FERNANDES DA ROCHA, à pena de dez (10) anos de reclusão, como incurso nas penas do artigo 39, inciso I, do DL 898/69.

Francisco de Assis Alves de Moura
FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE MOURA - Cap. Ten. - Juiz

AUDITORIA DA 7.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

564
Ferreira

18/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 7a. CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

MANDADO DE PRISÃO

O Doutor ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, Juiz Auditor da 7a. Circunscrição Judiciária Militar, em virtude da lei, / etc.

Usando das atribuições que lhe confere a lei, manda ao Exmo. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, ou quem, legalmente, suas vezes fizer, que, em cumprimento ao presente mandado, indo por mim devidamente assinado, prenda e recolha à prisão competente a ré LUIZA MARIA NÓBREGA, com o cognome de "Ana", brasileira, advogada, solteira, filha de José Cezar Nóbrega e de Algaruza Nóbrega, nascida em 23/06/1946, natural do Ceará, residente na rua Apodí, 471, bairro do Pirol, em Natal, Rio Grande do Norte, em virtude de haver o Conselho Permanente de Justiça da Marinha, em sessão realizada em 18/10/1972, / unanimemente, resolvido julgar procedente a denúncia oferecida pelo Dr. Procurador Militar nos autos do processo n. 69/71, contra a mesma ré, e, em consequência, CONDENÁ-LA à pena de 1 (um) ano de reclusão, como incurso no artigo 45, inciso I, do Decreto Lei n. 898/69.

CUMpra-se.

Dado e passado nesta cidade do Recife, na Sede da Auditoria da 7a. Circunscrição Judiciária Militar, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (19-10-1972). Eu, Antonio Carlos de Seixas Telles, Escrivão, fiz dactilografar e subscribo.

Antonio Carlos de Seixas Telles
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES
Auditor da 7a. C.J.M.





RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E SEGURANÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
D O P S — SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome LUIZA MARIA NÓBREGA - ANA
Data de nascimento 23 Jun 46
Naturalidade Fortaleza-CE
Residência
Identidade n.º Título de Eleitor n.º
Estado Civil Cor Clara
Altura 1,62 m Cms. Cabelos Esc Curtos
Profissão
Filiação Pai José Cezar Nóbrega
Mãe Albaniza Nóbrega
Sinais Particulares - Motivo: Localização e prisão

Veja-se PB Nº 14/72-ID/7, de 29/Fev/72 e INFO 892/71-
DPF-S-3, de 28.Set.71, e INFO 20/71-ID/7,
de 09 Fev 71.- Pasta-2 e 3

Impresso nas Oficinas Gráficas da CERN

962

FOTO

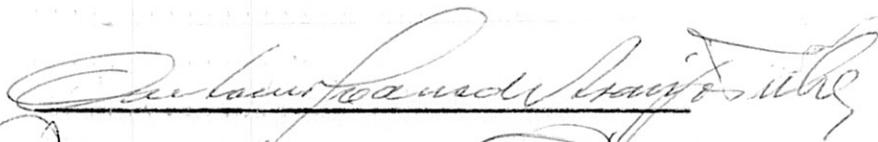
Data / /

POLEGAR DIREITO

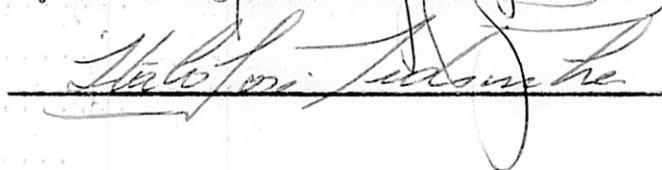
A T E S T A D O

Nós, abaixo assinado, advogados na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte, ATESTAMOS, por ser de nos so conhecimento, que LUZIA MARIA NÓBREGA é pessoa possuidora de idoneidade moral, nada constando que venha em desabono de sua conduta.

Natal, 3 de maio de 1971





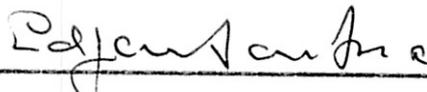


D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que conheço a dra. Luiza Maria Nobrega desde o ano de 1967, quando ela frequentava, com excepcional aplicação, as aulas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, notadamente as da cadeira de Direito Constitucional, da qual sou professor. Aluna disciplinada e entusiasta pelo estudo, Luiza Maria Nobrega se destacava entre os seus colegas pelos pendores literários e artísticos, tendo muitas vezes me apresentado para leitura suas produções em prosa e verso. Nunca, nesses trabalhos, vislumbrei a mais leve preocupação ideológica, considerando-os ensaios e experiências ingênuos, embora prometedores, de uma boa formação mental.

Poderá a dra. Luiza Maria Nobrega, ou alguém por ela, fazer desta declaração o uso que for de direito.

Natal, 08 de fevereiro de 1972



(Edgar Barbosa)

FUNDAÇÃO "JOSÉ AUGUSTO"

FACULDADE DE SOCIOLOGIA E POLITICA



DADOS RELATIVOS AO ^{Título de eleitor} (CERTIFICADO DE RESERVISTA) PERTENCENTE A

Henrique Marcos Ribeiro

A T E S T A D O

Atesto, para os devidos fins, que me foi exibido o certificado de reservista, cujas características - são as transcritas abaixo:

Certificado de Reservista de _____ Categoria, nº _____

Série _____ Classe _____

Portador: _____

Naturalidade: Estado _____

Município: _____ Cidade _____

Data do nascimento: _____ de _____ de 19__

Filiação _____

Repartição expedidora: _____

Local e data em que foi expedido e certificado: _____

_____, em _____

Natal, 17 de 01 de 68

Secretário da Faculdade

VISTO:

Diretor



TÍTULO DE ELEITOR

Título de Eleitor nº 13.510 Zona 2ª Seção 35-

Local e data da expedição Natal em 31/02/68

COMISSÃO DE ANISTIA/MJ
Confere com o original
Em 26/03/03
[Signature]



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi exibido.
06 SET. 2002 Natal (RN)
em test. da verdade.
 Antonio Jairo Pereira - Substituto
 Ana Lidia Procópio de Moura - Substituta
 Alexandre Magnus P. de Moura - Substituto
 Henrique Procópio de Moura - Substituto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 FACULDADE DE DIREITO

A T E S T A D O

ATESTO, para os devidos fins, que a acadê-
 mica LUIZA MARIA NOBREGA, aluna matriculada na 3a. série
 do Curso de Bacharelado desta Faculdade, é pessoa de boa
 conduta.

Natal, 31 de dezembro de 1968

OTTON DE BRITO GUERRA
 DIRETOR

ARMANDO DE LIMA FERNANDES
 Tabelião
 JAIME LAMBERT
 Substituto

Reconheço firma seguir-se

Otton de Brito Guerra

Natal-RN, 31 de dezembro de 1968

Em teste da verdade

Tabelião Público



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
AUDITORIA DA 7ª CJM
 Av. Alfredo Lisboa, n.º 173 – Recife Antigo
 Recife-PE CEP: 50.030-150
 Fone/Fax: (81) 3224.6790/6230

CERTIFICADO

CERTIFICO e dou fé para os devidos fins, atendendo requerimento do(a) interessado(a), que a SR^a. LUIZA MARIA NÓBREGA, filha de José Cézar Nóbrega e de Algaruza Nóbrega, respondeu nesta Auditoria ao Processo n.º 69/1971, no qual foi, em 18/10/1972, condenada pelo Conselho Permanente de Justiça da Marinha à pena de 01 (um) ano de reclusão, como incurso no artigo 45, inciso I, do Decreto Lei n.º 898/1969, tendo a respectiva sentença transitado em julgado em 30/10/1972. Certifico, ainda, que este Juízo Castrense, em Despacho datado de 09 de Janeiro de 1979, resolveu, acolhendo o ponto de vista esposado pelo Ministério Público Militar, julgar extinta a punibilidade, em face da ocorrência da prescrição da pena imposta a sentenciada em apreço, com base no artigo 81, do CPPM, c.c. o artigo 123, inciso IV do Código Penal Militar. Certifico finalmente, que, contra a SR^a. LUIZA MARIA NÓBREGA, nada mais existe, nesta Auditoria, até a presente data. O referido é verdade. Recife, 15 de Maio de 2002. Eu, João B. S. Júnior, Técnico Judiciário, redigi e digitei. Eu Spécia Rocha, Bel^a Andréa Rocha, Diretora de Secretaria, a subscrevi.



AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi exibido.
 06 SET. 2002 Natal(RN)
 Em test. () da verdade.
 Antonio Jairo Pereira - Substituto
 Ana Lúcia Procópio de Moura - Substituta
 Alexandre Wagner P. de Moura - Substituto
 Henrique Procópio de Moura - Substituto



A narrativa das descobertas

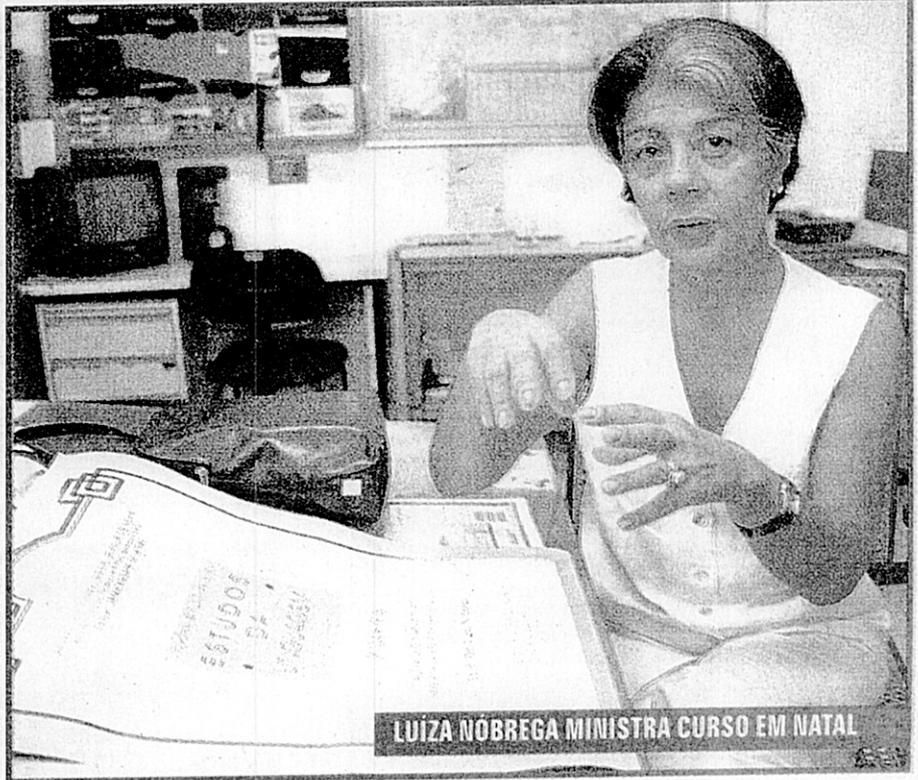
A professora Luíza Nóbrega, que saiu de Natal na década de 70, retorna à cidade para ministrar palestra e curso sobre Os Lusíadas, de Camões

José Soares Jr.
REPÓRTER

A vida tem muitas reviravoltas. Uma delas é atualmente presenciada pela professora Luíza Nóbrega. Formada em Natal, e radicada em Portugal, ela retorna à cidade para ministrar palestra e curso sobre Os Lusíadas, de Camões. Luíza saiu de Natal no início dos anos 70 perseguida pela ditadura. Na época ela era ativista política e namorava com Emanuel Bezerra, líder político local morto pelo regime militar.

Trabalhando como artista plástica durante muito tempo, em 1988 a professora foi morar em Portugal. Hoje, reside entre Lisboa e a cidade do Porto (ela não disse em qual localidade específica). Mesmo tendo se formado em Direito, Luíza fez pós-graduação em literatura e atualmente termina o PhD no Centro de História de Além-Mar, sediado nas universidades Nova de Lisboa e no Minho.

Ela ministrará hoje a palestra intitulada "A Desejada Parte Oriental", às 18 h, no auditório da Biblioteca Zila Mamede, na UFRN. O objetivo da conferência, segundo a pes-



LUÍZA NÓBREGA MINISTRA CURSO EM NATAL

quisadora, é explicar o significado da metáfora pela qual Camões se referia à Índia: "Os Lusíadas sempre são estudados como uma narrativa de descoberta, mas procuro observá-lo como um poema que tem núcleos fundamentais", comenta a professora, lembrando que o poeta português — que, por sinal, também foi degredado para a Índia — revelava um forte sentimento de incompletude em seus versos.

A partir do próximo dia 18, o Departamento de Letras da UFRN também promoverá um curso ministrado por Luíza Nóbrega. Com o título "O Canto Molhado", as aulas pretendem ser uma espécie de inicia-

ção a uma leitura avançada de Os Lusíadas. As aulas duram até o próximo dia 25 de fevereiro. O único pré-requisito é possuir mestrado na área.

De acordo com a pesquisadora, uma das explicações para que o título do curso seja "O Canto Molhado" é o fato da obra estar circunscrita pelo simbolismo da água. "Além da travessia marítima propriamente dita, há em todo o discurso do poema, um fluxo constante de águas, fontes, rios e lágrimas dos personagens", defende a professora, argumentando que durante muito tempo Os Lusíadas também seria conhecido como "O Cântico das Águas".

Verão Santorini 2002. Plamine seu ambiente.

O GALO

ANO IX - Nº 2 - Fevereiro 2002

NATAL-RN

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA



Uma visita à biblioteca do jornalista Vicente Serejo revela um dos maiores acervos bibliográficos do Estado sobre assuntos como Modernismo e a Literatura Norte-rio-grandense. A matéria dá seqüência à série de reportagens que o poeta e professor Lívio Oliveira vem fazendo para O GALO sobre as bibliotecas vivas do Rio Grande do Norte. As primeiras edições de *Paulicéia Desvairada* e toda a *cas Kudiana* estão entre as raridades da biblioteca de Serejo.

Outros destaques deste número são:

. *O último poema de Luís Carlos Guimarães*, texto de Nei Leandro de Castro, seguido da publicação bilíngüe do poema *Ode a uma lua vagabunda*, do autor de *A lua no espelho*.

. A leitura de Rainer Câmara Patriota sobre a *Poética* de Aristóteles, apontando sua influência ao longo do desenvolvimento da estética ocidental.

. Poemas inéditos de Demétrio Diniz e de Nilson Patriota.

Depois de oito anos de pesquisas e estudos no Instituto Camões, em Lisboa, a professora Luiza Nóbrega volta a ter contato com o Rio Grande do Norte, estado onde viveu os anos de juventude. Ela está ministrando no Departamento de Letras da UFRN um curso avançado sobre *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. O objetivo é mostrar o poema depurando-o dos preconceitos históricos gerados pela exploração ideológica a que esteve associado. Para a profa. Luiza Nóbrega, o épico camoniano permite muitas leituras diferentes e, visto nas suas entrelinhas, revela um poeta sensível aos mitos pagãos e ligado aos movimentos de resistência cultural da sua época.

Luiza Nóbrega

Luíza Nóbrega

Sensível aos chamados do destino, freqüentes em sua vida, a professora Luíza Nóbrega optou de última hora por desenvolver sua tese de doutoramento sobre um Camões apenas entrevisto nas entrelinhas de *Os Lusíadas*. Após oito anos de estudos no Instituto Camões, em Lisboa, ela começa a esboçar o retrato desse novo Camões, que surge rebelde, pagão e herético. Na entrevista abaixo, ela argumenta sobre esse novo Camões. Fala também sobre sua tese de doutoramento, onde destaca a presença de Baco n' *Os Lusíadas*, e também sobre o curso de leitura avançada desse épico, que está ministrando no Departamento de Letras da UFRN.

O GALO – Professora Luíza, começemos nossa entrevista com uma pergunta de ordem sentimental: qual é a sua relação com a cidade do Natal?

Luíza Nóbrega – Eu posso dizer que a minha vida se divide em dois períodos: antes e depois de Natal. Natal modificou por completo o meu destino para melhor. Eu considero um bom golpe do destino ter vindo para cá, por isso eu me considero natalense. Embora nascida em Fortaleza, cresci aqui, dos 6 aos 24 anos, me graduei em Direito na época em que a faculdade de Direito ainda era na Ribeira, e todo o meu imaginário e toda a minha vida estão preenchidos por aquela Natal daqueles bons tempos.

O GALO – Você fez militância política em 64?

L.N. – Não em 64, na verdade a minha atuação começou no segundo período. Houve a primeira etapa, a primeira onda em 64, mas eu ainda não estava na universidade, eu só entrei em 66, e em 67 a segunda onda começou a fluir, e em 68, quando houve aquele movimento em Paris, que se alastrou pelo mundo todo. Então a minha participação começou propriamente em 68 até início de 71, foi quando a repressão que já havia, digamos, atuado mais fortemente com o AI-5, empurrando uma maior quantidade de estudantes, intelectuais e artistas para a clan-



destinidade. Em 71 me foi dado o golpe de misericórdia e eu tive que fugir.

O GALO – qual o destino dessa fuga?

L.N. – Fui para o Rio de Janeiro, para a casa de uma tia, onde eu fiquei semiclandestina durante sete anos e fui julgada à revelia, porque participei de um pichamento contra o general Meira Matos, da era Médici, que estava vindo à cidade, e nós pichamos as paredes de *assassinos* e aquelas coisas todas da época, e então reconheceram meu automóvel, alguém me denunciou e em seguida houve todo um processo para apurar as responsabilidades. Eu fui inserida em um artigo da Lei de Segurança Nacional, fui julgada à revelia um ano depois de ter-se iniciado o processo. Fui condenada a um ano de prisão, mas fui inserida num artigo cuja pena máxima era de 3 anos, e como se dizia que a prescrição só se dava decorrido o dobro da pena máxima, a pena máxima só prescreveu 6 anos depois, mais um ano que durou o julgamento, foram 7 anos de clandestinidade.

O GALO – Nesse período de militância contra a ditadura, você conheceu o líder estudantil Emanuel Bezerra dos Santos, que morreu nos porões da ditadura em 73?

L.N. – Conheci e fui namorada do Emanuel. Emanuel foi uma das pessoas que, digamos assim, eu costumava dizer que ninguém arrasta ninguém para nada, você pode até dizer “ah, eu fui levada por fulano!”, você só vai para onde você quer e precisa ir. Mas digamos que o Emanuel foi o elemento que o destino me pôs para que eu fosse para onde eu já tinha que ir, foi através dele e de todo um grupo que apresentava uma nova proposta de vida.

O GALO – Emanuel já era universitário na época?

L.N. – Era, só que não era de Direito, era de Sociologia, e era presidente da Casa do Estudante, e através dele eu comecei a participar mais ativamente do movimento estudantil.

O GALO – que lembranças você guarda desse período?

L.N. – Não vou falar de lembranças específicas e concretas, porque seriam muitas. O que me ficou de mais forte, para resumir, seria a impressão de um grande arremesso em direção a um futuro utópico, de idealização de um novo mundo, um sopro de liberdade e transformação, uma grande virada; que, contudo, esbarra frontalmente num reação implacável que desmantelou por completo nosso projeto, empurrando-nos para a marginalidade. Considero-me um indivíduo pertencente a uma geração de cabeças cortadas. De um momento para outro, todo aquele sonho de liberdade transformou-se em escuridão e terror, em fuga e desespero. Amigos, colegas, jovens de meu convívio, gente normal, de classe média, desapareciam e por vezes nunca mais retornavam. Por muito pouco não fui apanhada pela repressão, graças à interferência de familiares, destacadamente o meu irmão Laurence, a quem devo não ter sido presa e torturada. Catapultada pela ditadura pelo general Garrastazu Médici, fui julgada à revelia e condenada a um ano de prisão, razão pela qual passei sete anos na semiclandestinidade.

O GALO – O que você fez de todos esses anos de vida às escondidas?

L.N. – Perdi muitas chances e oportunidades, primeiro porque eu não podia exercer a advocacia, obviamente. Mas como sou uma pessoa muito diversificada e curiosa, aproveitei aquele período e não fiquei parada, fiz um curso de artes plásticas com aquele que era o maior mestre de pintura da época, que era o Ivan Serpa, e comecei a estudar coisas como linguagens simbólicas, mitologia, um pouco de filosofia, psicologia profunda... e era uma altura em que, no Rio de Janeiro, digamos assim, surgiu o movimento *beautiful people*, que era o pessoal do *make love, not war*, então foi uma época marcada por um tentar compreender o que se passava e para onde íamos. Fiquei no Rio de Janeiro de 71 até 76. Ainda clandestina, voltei ao Ceará, onde estava minha família, depois casei-me e fui

depois para Brasília, onde fiz um mestrado em Literatura Brasileira. No fim deste mestrado propuseram-me fazer uma investigação, em Portugal, sobre Almada Negreiros, um poeta do grupo modernista *Orpheu*, um amigo do Fernando Pessoa. Fui para Lisboa em 88 e fiquei até 91 fazendo essa investigação, e a partir daí eu me apaixonei pela Literatura Portuguesa, pelos poetas portugueses, decidindo fazer meu doutoramento em Literatura Portuguesa.

O GALO – Como foi que Camões entrou na sua esfera de interesses?

L.N. – Da seguinte forma: quando eu fazia o mestrado em Literatura Brasileira na Universidade de Brasília, cursei uma disciplina de domínio conexo, uma disciplina opcional que incluía uma leitura de *Os Lusíadas*. Sou muito intuitiva, mesmo que agora eu esteja mais cartesiana, já vou mais pelo pensar, mas durante toda a minha vida eu fui muito guiada pelo sexto sentido, então penso que foi isso: fui e fiz esse curso.



As ninfas da Ilha dos Amores, n'Os Lusíadas, seriam na verdade, segundo a profa. Luiza Nóbrega, divindades dinisíacas. Na gravura, reproduzida de um vaso grego, elas portam o tiro, símbolo do culto ao deus Baco.

O GALO – Então você abandonou o interesse inicial pela obra de Almada Negreiros?

L.N. – Olha, durante algum tempo eu fiquei entre dois amores Almada Negreiros, embora seja um interesse meu, era mais pelo fato de eu já ter iniciado. Alguns professores me aconselhavam: “vá por Almada Negreiros, porque você já começou e já tem meio caminho andado”. Meu tema favorito, contudo, era a metáfora da *Desejada Parte Oriental*, com que, n’ *Os Lusíadas* se designa a Índia, o Oriente. Mas, com relação a este tema pelo fato de que abrangia um *corpus* muito extenso, envolvendo textos de diversos poetas de diferentes períodos, os orientadores que eu procurava me diziam: “esse tópico que você está propondo é um absurdo...”. Meu doutoramento retardou-se também em função deste desafio.

O GALO – Você poderia explicar melhor esse tópico?

L.N. – Quando eu li *Os Lusíadas* pela primeira vez, há precisamente 20 anos, foi-me apresentado um poeta que, na verdade, era uma efígie, não era um poeta. Eu não percebi bem o que era aquilo, mas rejeitei aquela imagem que me foi apresentada. Quanto ao poema, ele se me impôs e me cativou. O que me cativou foi o ritmo e a percepção de um fio semântico naquele discurso, ou seja, a percepção de que naquela narrativa estava oculto um texto, e a curiosidade de descobrir o que aquele outro discurso dizia. Era como em uma linguagem codificada, como alguém que não pode dizer algo porque estava proibido de dizer aquilo e arranja uma maneira de disfarçadamente transmitir aquilo para uma outra pessoa. Lembra-se da língua do P? Um pouco aquela brincadeira da língua do P.

O GALO – Isso tem algo a ver com a censura da Inquisição? Sabe-se que alguns versos de *Os Lusíadas* chegaram a ser censurados, não é verdade?

L.N. – Já lá chegaremos. Vamos já chegar no capítulo da Inquisição, que mereceu uma parte da minha tese, eu não diria um capítulo, mereceu uma parte que eu chamo *O poeta marginal e a Índia experimentada*. Aliás, a minha tese se chama *A traça no pano, contradição de Baco em Os Lusíadas*, porque existe uma dicção e uma contradição que divide o discurso, que transforma um discurso único em duplo, tanto que Eduardo Lourenço, o grande filólogo português, disse que *Os Lusíadas* são sinfonia e réquiem ao mesmo tempo. Quando eu descobri isso, ouvi um apelo. O Walter Benjamin disse: *Do fundo dos séculos os mortos nos lançam apelos e estamos numa frágil força messiânica para resgatar aqueles que foram apropriados e desfigurados ou distorcidos*. Só muito mais tarde é que descobri que aquele poeta que me tinham apresentado era uma efígie, porque era um poeta apropriado em função de uma ideologia expansionista que usou *Os Lusíadas* ao longo de muitos séculos como um instrumento de exaltação do imperialismo expansionista português.

O GALO – Havia então um outro *Lusíadas* que estava oculto?

L.N. – É com esse *Lusíadas* que eu trabalho, é com esse *Lusíadas* que Jorge de Sena começou a trabalhar em 1945 e gerou toda uma



Ilustração reproduzida nos *Comentários* de Farias Souza a *Os Lusíadas*, representando o deus Baco quando desce ao fundo submarino, onde é recebido pelo deus Netuno e sua corte, para a realização do 2º consílio

vertente que chama Camões de “o Camões diferente” e que procura ler nos *Lusíadas* o que é o poema *Os Lusíadas* e não a narrativa, porque narrativas do Descobrimento muitos escreveram e por que só *Os Lusíadas* ficou? O que é que faz desse poema um poema que se eternizou? Por isso, trabalhei algum tempo com Literatura Comparada e tentei estabelecer um roteiro de trabalho que era o seguinte: quando eu fiz essa leitura inicial dos *Lusíadas*, deparei-me com uma metáfora que me chamou a atenção: se o Ocidente é o peito sublime que leva a claridade crística ao Oriente inculto, então por que o Oriente é chamado de “desejada parte oriental”? Comecei a trabalhar com essa metáfora e fui estabelecendo comparações com o poema de Baudelaire “Invitation au voyage”, com o livro *Mensagem* de Fernando Pessoa, com a “Ode marítima” de Álvaro de Campos, até com o “Bateau ivre”, de Rimbaud, e fui vendo a *desejada parte oriental*, a Índia, como o co-relativo objetivo proposto por T. S. Eliot. A Índia seria um co-relativo objetivo de um conteúdo feminino desse herói navegante, de toda aquela ação para a qual ele não queria olhar, ele só queria ver a própria claridade, tudo que há de racional, de masculino no sentido de conquistar, e, do outro lado, estaria tudo aquilo que ele rejeitou em si e do qual ele precisa porque ninguém existe sem polaridades, não há luz sem trevas. Eu pensava inicialmente em fazer a minha tese de doutoramento sobre o tema da *desejada parte oriental* desde Camões, mas fazendo primeiro um retrospecto até os trovadores Dom Diniz, Bernardin Ribeiro, passando um pouco ali pelo pré-Renascimento, o início do Renascimento, e pensava que Camões corresponderia a vinte por cento da minha tese. Em seguida eu saltaria para os pré-românticos, passava por Victor Hugo e depois ia para Baudelaire e finalmente para o *Orpheu*, de Pessoa e Almada. Como se não bastasse eu ainda queria fazer uma coisa completamente impossível que era estudar a *Invenção de Orfeu*, de Jorge de Lima, um poema do qual Murilo Mendes que para ser realmente compreendido necessitaria de uma equipe de investigação bem aparelhada e trabalhando ao longo dos anos. Agora imagine eu concluir esse trabalho que já era gigantesco com mais esse dado, claro que nenhum docente aceitava porque eu precisaria

de uma equipe para me orientar. Quando eu já havia desistido do projeto e entrei para o doutoramento com o projeto que era o Almada Negreiros, com bolsa do Portugal e do Brasil, quando eu ia mandar o formulário para a Capes, faltando um fim de semana, telefona-me alguém e diz: “por que você não manda aquele outro projeto, é muito mais interessante”. Eu digo, “mas o projeto já está todo pronto, eu já escolhi Almada Negreiros”. A pessoa insiste: “mas aquele é muito melhor”. E como gosto de ouvir a voz do destino, ouvi nessa hora. Fui para Portugal em 1996 e ganhei uma bolsa no Instituto Camões. Pus mãos à obra e disse: vou entrar em Camões como quem entra num vestibulo, fico lá 20% do tempo e depois cumpro as outras etapas do projeto”. Quando entrei nos *Lusíadas*, a gravitação do poema era tamanha que eu não consegui mais sair dele. É o chamado labirinto, como chamam *Os Lusíadas*; eu vejo mais um caleidoscópio do que um labirinto, pois você nunca retorna ao mesmo campo. E num minuto, sem hesitar eu disse: vou ficar com *Os Lusíadas* e ponto final. Fiquei quatro anos só investigando *Os Lusíadas*, ao cabo dos quais escrevi a tese que acabou se resumindo, depois de cortar muita coisa, em 498 paginas.

O GALO – Quando essa tese será publicado?

L.N. – Agora estou numa fase em que a compactei mais ainda, reduzi para 405 páginas, estou fazendo a revisão final, e ela está a ser lida por algumas pessoas, após o que eu pretendo encaminhar a uma editora.

O GALO – Aqui em Natal você ministrará o curso sobre Os Lusíadas no período de dia 18 de fevereiro a 18 de março, totalizando cinco segundas-feiras. O tema do curso é “O canto molhado”, e tem como subtítulo “Iniciação a uma leitura avançada dos Lusíadas. Por que uma leitura avançada?”

L.N. – Porque o que eu vou ver não é aquilo que normalmente se vê quando se faz um curso sobre *Os Lusíadas*, ou seja, um percurso pela narrativa. Embora eu inclua isso, é em função de uma outra

leitura, que chamo de avançada por ser uma leitura vertical. Vou estudar as incidências de recorrências semânticas, de que modo aparecem na obra certas palavras-chaves – e não só palavras, certas expressões, certas metáforas ou até mesmo certos recursos. Por exemplo, os chamados excursos do poeta, que são quebras no discurso, aliás uma coisa muito estudada em psicanálise. Eu faço na verdade um percurso pela enunciação d’*Os Lusíadas*, como e por que ele diz o que diz. Como é feito esse discurso? Porque ele foi feito ao longo de trinta anos, portanto o poeta que começou não é o mesmo que acaba, ele viveu experiências, ele naufragou, ele esteve no Oriente, portanto o sujeito que anuncia vai mudando.

O GALO – E por que se chama “O canto molhado?”

L.N. – Eu poderia ter usado “A traça no pano”, um termo que tirei de uma carta de Camões onde ele diz que dentro do coração tem uma tristeza, que chama de *traça*, e que vai roer a máscara de alegria que ele põe no rosto para parecer igual aos outros, o que explica uma tristeza subjacente, trágico-lírica, no poeta que enuncia *Os Lusíadas*, e que vai roendo o discurso épico. Acabei por escolher “O canto molhado”, que é uma parte da minha tese. Vamos tentar resumir a viagem dos navegadores do Ocidente europeu que vão através das águas ao encontro da sua parte oposta (oriental). Trata-se de uma sintaxe reversiva: esse sujeito que é ativo, que vai ao encontro de um objeto de desejo, ele também é objeto da atração que foi exercida sobre ele, e nesse percurso ele não só descobre como é descoberto, ele é um navegante navegado, ele é um canto molhado, ou seja, ele vai pelas águas, mas ele não vai na superfície, ele desce e é impregnado dessa água que ele atravessa. Se passarmos para uma visão mais filosófica, se virmos a viagem não só como uma viagem geográfica, mas como uma viagem de autoconhecimento, em que o navegador se descobre, e se pergunta “quem sou eu?” veremos que ele não é só uma identidade, é uma alteridade que vai em busca do outro. Nesse ir, ele se descobre. Como diz Jorge de

Lima em seu poema “Invenção de Orfeu”, “Como descobrir o mar, senão sendo-o?” Quer dizer, ele tem que sofrer a ação do mar para compreendê-lo. Assim a ação se transforma em paixão, e aquilo que era apolíneo revela-se dionisíaco.

O GALO – Por que o subtítulo da tese é “Contradição de Baco”?

L.N. – Porque Baco é o deus Dioniso, o deus do trágico, o deus que não é o conhecimento de alguém que vai conquistar. É o conhecimento de alguém que sofre o ser, que é paixão, que é o render-se ao mistério, que é o descer mais fundo. Por isso que o no canto VI Baco desce à fundura do oceano. Fala-se muito no consílio olímpico que se dá no primeiro canto. Acontece que há um segundo consílio, *underground*, em uma linguagem contemporânea, em oposição ao Olimpo, que é o lugar do poder instituído por Zeus. Na verdade, Baco é tido como se fosse mero opositor dos navegantes, o qual foi vencido. Eu defendo que há um texto subliminar, no qual o verdadeiro triunfador do poema é Baco. E mais:



“Baco é tido como se fosse mero opositor dos navegantes, o qual foi vencido. Eu defendo que há um texto subliminar, no qual o verdadeiro triunfador do poema é Baco”

o poeta se identifica com Baco. Esse é um canto dionisíaco. Diz-se que Baco foi vencido porque Marte vem, dá uma pancada com o coto do bastão, e diz para Zeus: “Não ouça mais esse indivíduo porque ele é suspeito”. E Baco é escorraçado do Olimpo tal como Camões foi de Lisboa, degredado. É um poeta marginalizado, os grandes da Corte não o mencionavam. Só que, no Canto VI, Baco desce ao fundo do oceano e vai buscar o apoio dos deuses submarinos, que desencadearam uma tempestade. Tal como Camões também vai ao Oriente e lá desenvolve relações com grupos dissidentes.

O GALO - Por que Camões é degredado?

L.N. – A versão do rei (Dom João III) na “Carta de perdão” é que o poeta se encontrava preso na Cadeia do Tronco por ter ferido um funcionário do Palácio numa noite de arruaça, no dia de Corpus Christi, e que tendo o ofendido perdoado o ofensor e indo o poeta servir o rei na Índia, perdoava-se então a sua pena. Ou seja, trocava-se a prisão pelo degredo. Perdoado significa: vai degredado para a Índia, para servir lá como soldado raso.

O GALO - Quanto tempo Camões passa no degredo?

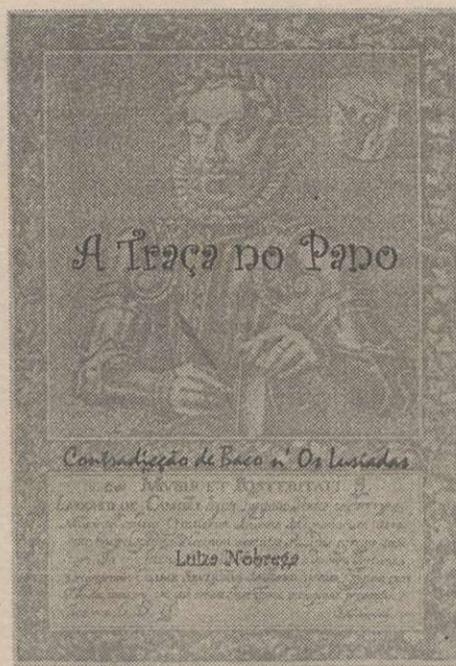
L.N. – São dezesseis anos e meio. Quando volta, Dom João III está morto, o grande adversário dos judeus, dos heterodoxos, dos renascentistas, de toda a gente que praticava alguma heterodoxia.

O GALO - Como foi a experiência de Camões na Índia?

LN – Lá ele começa a conviver com pessoas heterodoxas: judeus ou cristãos novos, judeus disfarçados de cristãos novos, como era o caso do cientista Garcia Dorta. De início, ainda não havia Inquisição na Índia, mas tanto os jesuítas pediram ao rei que ele acaba instaurando lá a Inquisição. Então começa lá a guerra, o confronto, as fogueiras santas e os autos de fé, a queima e destruição de livros. O Renascimento também é expulso da Índia, e começa a decadência da Índia. Camões volta para Portugal e consegue finalmente publicar *Os Lusíadas*.

O GALO - A Inquisição chegou a censurar Os Lusíadas?

LN – Essa questão é muito controvertida. Na verdade, *Os Lusíadas* só foi publicado graças a uma intriga da Corte. A rainha avó de Dom Sebastião, que era viúva de Dom João III, estava alijada do poder pelos jesuítas. Os dominicanos enciumados, quando viram que Camões era contra os jesuítas, conspiraram para que *Os Lusíadas* fosse publicado. Foi uma jogada de poder, o destino favoreceu para que *Os Lusíadas* passasse. Consta que não teria sido censurado porque o Frei Bartolomeu, conforme diz o “Nada consta”, ali nada encontrou contra os bons costumes e a Igreja. Ora, há uma primeira questão que consiste na aparente contradição que constitui a junção do imaginário cristão com o imaginário pagão. Além disso, há uma segunda contradição que consiste em, no final do canto X, uma ninfa pagã declarar que os deuses pagãos não passam de fantasias. A esse propósito, há um estudo de Aquilino Ribeiro, um dos primeiros a levantar a questão de um Camões diferente. Aquilino Ribeiro, que era um irreverente, um sarcástico, dono de um estilo cáustico, escreve um ensaio onde diz que o “fradalhão” – como ele chama o frei Bartolomeu Ferreira, que alguns consideram um esclarecido – fez um *mercado negro* com Camões. Trancaram-se os dois numa sala, e ele disse assim: “O poema passa, mas você vai introduzir algumas estâncias aqui”. Ou então: “Ponha alguma coisa mais para justificar o fato de esses deuses estarem aqui, esses intrusos que não



Capa da tese de mestrado da professora Luiza Nóbrega, e que destaca a “contradição de Baco” como uma espécie de contracanto que descortina uma nova leitura de *Os Lusíadas*

são cristãos”. Ele teria acrescentado: “esses deuses são apenas fabulosos”.

O GALO - Isso resolveria por completo as supostas contradições do poema?

L.N. – Isso é uma tese. Mas uma outra, igualmente verossímil, segundo penso, diz que não. Que, na verdade, aquilo que os deuses ali dizem pode-se justificar plenamente do ponto de vista também do paganismo. Portanto, até agora, não diria que posso formular uma tese que resolva isso categoricamente. Mas uma coisa me parece óbvia: o discurso desse poema está minado por uma coisa maior que ambivalência, plurivalência semântica. Porque os seus enunciados podem ser interpretados de diferentes maneiras. Por exemplo, quando Baco, para enganar os navegantes, monta um altar cristão, disfarça-se de mouro e adora Cristo, diz o último verso da estância: “O falso Deus adora o verdadeiro”. Isso é um exemplo típico de uma frase ambivalente, até plurivalente, porque o falso deus Baco está adorando o verdadeiro Deus cristão. Há uma segunda leitura, que foi feita por António José Saraiva: o deus de verdade, que é Baco, está adorando um falso deus,

que é Cristo, falso porque foi fabricado. Eu faço uma terceira leitura: O deus verdadeiro, que é Dioniso, simula adorar Cristo, que é um seu simulacro. Segundo a minha tese, a figura de Baco nos *Lusíadas* veicula uma heterodoxia de cunho dionisíaco. Estou convencida de que Camões não só conhecia muito bem o mito de Baco, e portanto estava ciente da apropriação pela Igreja Católica do mito dionisíaco na figura do Cristo, mas também identifica-se com o deus pagão e através dele veiculava as suas idéias dissidentes.

O GALO - Em seu livro “Camões e a poesia brasileira”, Gilberto Mendonça Teles declara que todos os poetas brasileiros foram influenciados por Camões. Você concorda com essa afirmativa?

L.N. – Penso que sim, se nós tomarmos como princípio que *Os Lusíadas* é um texto basilar da literatura de língua portuguesa. Não sei se faria uma afirmativa tão categórica, mas concordo que direta ou indiretamente Camões terá tido uma influência primacial em todos os poetas de língua portuguesa. E por vezes até indiretamente. Escrevo poesia também. E uma vez lendo uns poemas meus para Rachel de Queiroz, ela disse-me assim: “Ó Luiza, mas você está continuando uma tradição que está um pouco desaparecida no Brasil, que é a do Bandeira, você deve ter lido muito Bandeira.” Eu disse: “Não, Rachel, eu não tenho lido tanto o Bandeira, mas quem eu li muito mais foi António Nobre, que era uma leitura do Bandeira”. No meu caso eu fui à matriz, mas por vezes alguém que leu muito Bandeira está a seguir António Nobre até às vezes sem saber que está a seguir a vertente que António Nobre representa. Nesse sentido eu penso que Gilberto Mendonça Teles pode ter razão, embora eu não seria talvez tão categórica, eu teria um pouco mais de cautela talvez, mas indiretamente, sim, eu penso que ele tem razão.

O GALO - Existe um Camões popular, o ‘Camonge’, personagem que protagoniza histórias às vezes bem picantes. Como você explica essa metamorfose do poeta?

L.N. – Olha, eu tenho a impressão de que esse personagem deve fincar suas raízes mais remotas numa das vertentes que Camões veicula, porque Camões, na verdade, é uma grande rotunda de vertentes, uma espécie de rio Amazonas, digamos assim, muitos afluentes correm para ele e ele leva tudo para o mar. Ele é uma espécie de rio

Amazonas porque cumpre o anseio por um épico, por um épico do Renascimento, ao mesmo tempo em que dá continuidade a uma vertente lírica que vem do trovadorismo, e não só da *cantiga de amor*, mas da *cantiga de amigo*, que é mais popular, que é mais galaico-portuguesa. Mas também há um Camões que é menos explorado, que é exatamente aquele marginal que vai para as tabernas, chamado o “Camões do mal”, é o Camões que sai com as mulheres de vida fácil...

O GALO – Nesse ponto ele se identifica também com Bocage, com esse Bocage pornográfico que existe também na tradição popular brasileira, não é verdade?

L.N. – Eu diria que a raiz disso seria, como, já disse o Antonio Tabucchi numa entrevista que deu num suplemento de jornal em Lisboa, há mais ou menos três anos, que há um Camões que dá continuidade àquela vertente da *cantiga de escárnio e mal-dizer*, que é a veia mais satírica dele. Esse foi mais censurado ainda pela Inquisição, porque há uma mão que eu chamei, num capítulo de minha tese, “mão roubadora”, que atua às ocultas depois que todos dormem; queima textos e arranca cabeçalhos de outros, enfim, cria lacunas que nos fazem hoje penosamente procurar. Por exemplo, há um texto de Camões que está sem título e do qual só restou um pedaço, sem que se saiba por que virou um fragmento, quem subtraiu o restante, e fala exatamente de uma espécie de bacanal, uma festa em que várias pessoas bebem, embriagam-se e começam um jogo que eles chamam “Os devotos de Baco”, ou seja, os que gostam de beber. E, numa carta que escreve da Índia, referindo-se à sua partida de Lisboa, ele diz que vai “entre lusco e fusco”, quer dizer, não está mais discernindo nada, deve ter tomado um grande porre. Desse Camões fala-se pouco.

O GALO – ...

L.N. – Foi interessante você ter trazido a imagem desse poeta caolho, da qual eu estava esquecida, aliás é um campo para onde enveredar, e o que você acaba de dizer é um tema para uma investigação, eu, na verdade, para ser sincera, mentiria se dissesse que posso responder a esse pergunta, eu posso fazer deduções. É preciso ter vivido em Portugal, e mais, é preciso ter ido até a Índia para conseguir compreender verdadeiramente Camões. O Camões que chega aqui, obviamente vai ser assimilado com as categorias locais. Eu sinto que o que triunfou no Brasil, na literatura e na cultura brasileira, foi muito mais uma vertente mais satírica e cáustica do que a vertente trágico-lírica. Se você vai ao Rio de Janeiro, é um povo tão erótico e sensualista, que se você vai falar mais em termos trágico-líricos, mais metafísicos, eles até riem de sua cara, vão logo para brincadeira e vão fazer um samba. Em São Paulo até que é um pouco diferente...

O GALO – Mas *Os Lusíadas* não têm sido só louvados. Há também os anticamonistas, inclusive entre nós, como lembra Gilberto Mendonça Teles, em “Camões e a poesia brasileira”. Ele cita um poema de Haroldo de Campos em que este, aludindo a Sá de Miranda, chama-o de “Primo pobre de Camões, maior que Camões”. Que lhe parece essa comparação?

L.N. – Está totalmente equivocada, nem percebo por que ele diz uma coisa dessas, isso é um total disparate, imagine! De onde ele tirou isso? Eu gostaria de vê-lo provar isso, duvido que ele conseguisse provar isso. “Primo pobre maior que Camões”, Sá de Miranda, nunca, jamais. Até mesmo se compararmos os sonetos. Eu vou excluir *Os Lusíadas*, vou ficar só na lírica, e mais, vou ficar só em um

tema lírico, que é o tema da “amada perdida”, também designada como “desejada parte” que n’*Os Lusíadas*, é a “desejada parte oriental”. A “desejada parte” é um tema permanente, constante, recorrente nas linhas da lírica de Camões. É a amada morta, a amada perdida, é aquela parte feminina da alma, que vem desde Dante Alighieri. Sá de Miranda tem alguns sonetos onde ele fala dessa amada perdida. Se considerarmos o soneto mais típico dele que fala dessa amada perdida, e o compararmos, por exemplo, com o “Alma minha gentil que te partiste”, de Camões, eu duvido que o Haroldo de Campos consiga provar que aquele soneto é superior, ele jamais me convenceria disso. Voltando à questão de também em Portugal haver anticamonistas, eu acho que se deve ao fato de *Os Lusíadas* ter sido a tortura do liceu. Todos os adolescentes foram uma vez obrigados a fazer análise sintática da obra, então ficou toda a gente com ódio d’*Os Lusíadas*, só que *Os Lusíadas* e Camões não têm culpa nenhuma do uso indevido que foi feito deles.

O GALO – Que contribuição você espera dar, no curso que ministra este mês na UFRN, para uma leitura mais consciente d’*Os Lusíadas*?

L.N. – A minha tese se insere na vertente crítica camonista inaugurada por Jorge de Sena desde 1945, e também por António José Saraiva, dois grandes pioneiros de uma leitura mais avançada de Camões e de *Os Lusíadas*. O meu ponto de partida é o ponto de chegada dessa vertente. Eu parto de onde eles chegaram e busco uma nova contribuição que convictamente considero original e relevante a essa, digamos, desapropriação do poeta e do poema. Com esse curso, que eu chamo de uma “Iniciação a uma leitura avançada”, espero fazer uma retribuição a essa cidade que tanto amo, que foi a cidade da minha infância e a cidade onde minha família ainda mora. Espero contribuir de alguma forma para que o interesse no poema seja acordado. Espero corresponder ao apelo que o poema me lançou na primeira leitura que dele fiz: “leia-me, entenda-me, não vá pela cabeça dos outros, não vá pelo que fulano ou sicrano disse.” A única exigência do curso é ter *Os Lusíadas* à mão e ler o texto para fazer exatamente com que o texto cative.

O GALO – Você acha então que *Os Lusíadas* ainda são uma leitura fundamental para o nosso tempo?

L.N. – Responderei a essa pergunta com um parágrafo do prefácio da minha tese. O título do prefácio é: “Que faremos com este livro?”. Uma brincadeira com aquilo que o Saramago escreveu.

Num prefácio sobre o ensino e a leitura d’*Os Lusíadas*, digo assim: “Ezra Pound, num ensaio que li há muitos anos, que não tenho em minhas mãos neste momento e de cujo nome estou esquecida, inclui *Os Lusíadas* entre algumas poucas obras imortais da literatura universal cuja leitura considera indispensável. Que não sejam os portugueses a excluí-lo progressivamente de seu cotidiano, de seu imaginário. Gravíssimo erro será este, de rejeitar-se um poema porque se rejeita a ideologia que dele se apropria e dele faz má leitura, erro que significa preservar o equívoco, revestindo-o com aparentemente diversos argumentos. Se poeta e poema foram apropriados e desvirtuados, que se desapropriem ambos, que se lance sobre eles um novo olhar, como neste meu estudo pretendo; que se repense e reformule a escola, de modo a tornar-se possível a compreensão por parte do aluno de que o aprendizado da língua salva, de que a identidade lusitana é inseparável da língua portuguesa e de que *Os Lusíadas* é um texto fundamental no aprendizado desta língua”.



“Se poeta e poema foram apropriados e desvirtuados, que se desapropriem ambos, que se lance sobre eles um novo olhar”

observa que me viu entrar na balsa com destemor. Gostei dessa palavra e vou tomá-la de empréstimo. Natal, para mim, é algo que me emociona profundamente. Venho a Natal desde muito jovem. Meu pai trabalhou para os Diários Associados em todo o Brasil e aqui eu vim pela primeira vez na minha primeiríssima adolescência, com minha mãe, com meu pai. E eu fui descobrindo a Praia do Meio, que era então a grande praia. Em tinha os meus 12 anos. Era 1976. E Natal me atraiu inicialmente pela sua luz. Sei que muitos já disseram isso, mas eu posso dizer como testemunho próprio meu, inarredável e irrefragável, que Natal tem uma luz, uma intensidade luminosa que eu não lembro de ter visto em outro lugar. Há um tempo atrás, eu conversava com o Sanderson (Negreiros) e eu comparei o pouco do que eu vi na Síria com Natal e talvez com um pequeno detalhe do que vi no Gargalheiras, em Acari. Eu fui vencido pela luz, como a *Divina Comédia* e o *Fausto* me venceram pela luz. O texto da cidade de Natal me venceu pela luz. Mas era pouco. Natal me venceu pela geografia absolutamente própria, do ponto de vista dos seus rios e de sua beleza, mas também dos amigos, das grandes personalidade que eu tive em Natal, vindo, me correspondendo, que eu vejo hoje no GALO refletidas nas memórias desses natalenses, nas homenagens prestadas a essas pessoas.

O GALO – Você poderia citar algumas dessas pessoas?

M.L. – Uma delas foi o Veríssimo de Melo, do qual tenho umas sessenta cartas. Diógenes da Cunha Lima, que foi um amigo que o Veríssimo de Melo me deu de presente; o Luís Carlos Guimarães, de saudosíssima memória, você mesmo, Nelson, o Vicente Serejo, o Pedro Vicente... não quero continuar com a lista porque ela vai ser enormemente injusta. Natal me veio sobretudo como uma força intelectual do gigantesco Câmara Cascudo. Também não é favor de um estrangeiro, porque eu me considero de Natal, como um cidadão de Natal, mas com Cascudo houve uma organização dos princípios da minha brasilidade, que também foi construída por pais italianos. Portanto, em Natal existe uma sobreposição de luminosidade, amizade e brasilidade. Essas três questões me perturbam, me comovem e me amparam.

O GALO – Como é a sua rotina hoje em dia?

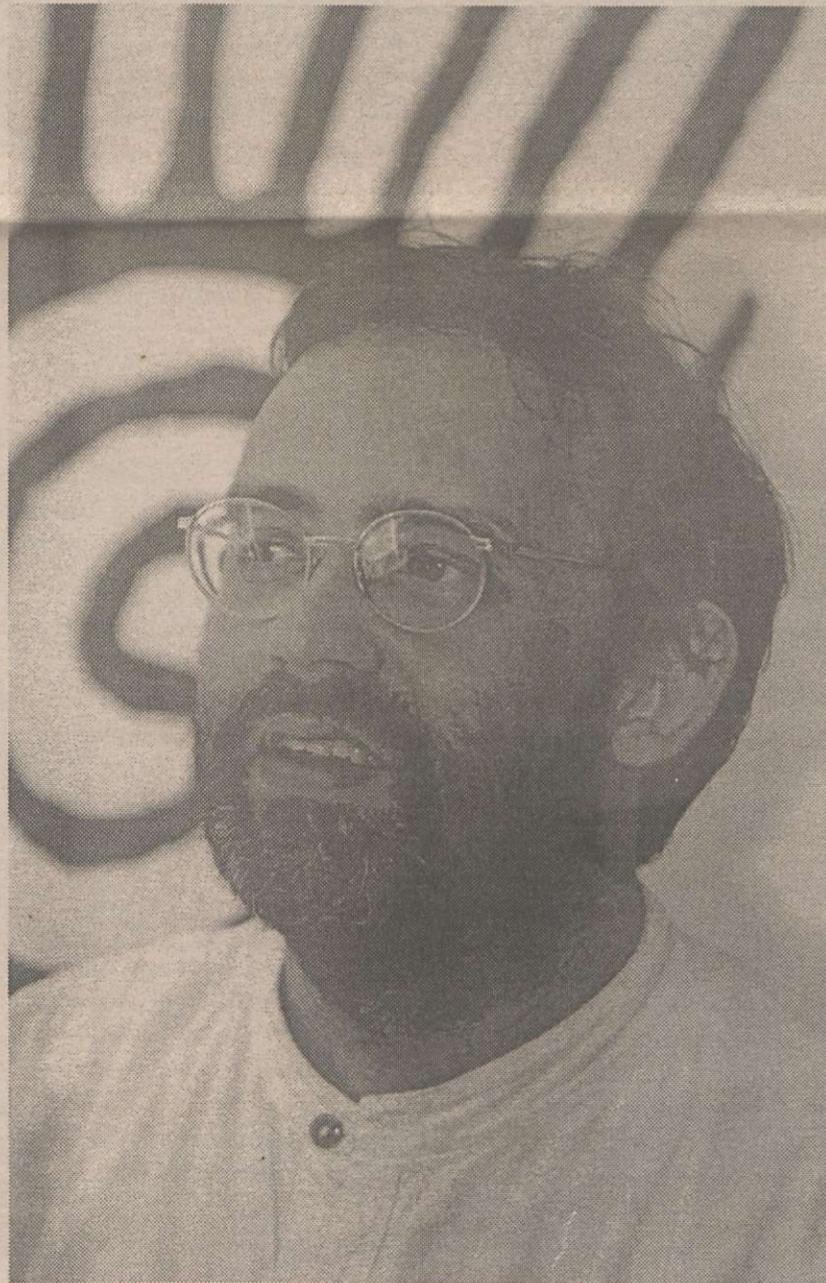
M.L. – Moro em Niterói, sou professor de literatura da UFRJ, e hoje me detenho diuturnamente em ler e escrever, sobretudo ler, que é o grande exercício. Borges já disse que ler é infinitamente melhor do que escrever. Vivo mais hoje entre

a poesia e o ensaio, o piano, a astronomia. Vivo de conferências que faço, também.

O GALO – Como você a literatura no Brasil, hoje?

M.L. – A literatura precisa de um amplo projeto governamental voltado para o Brasil profundo, que é um Brasil de grande cultura popular, que Cascudo captou num belíssimo livro “Tradição, ciência do povo”, como disse Isso tudo não falta ao Brasil. Sobra muito ao Brasil, sobretudo num Brasil que se articula, um Brasil que diz e em vez de *ou*. Por exemplo, Câmara Cascudo e Patativa do Assaré, e não Câmara Cascudo ou Patativa do Assaré. No Recife, Cussy de Almeida e Luís Gonzaga, que eu conheci muito, e nunca *ou*. Oriano de Almeida e Auta de Souza, em Natal, e não *ou*. Isso eu tenho visto no Brasil. Essa questão nasce devido à grande dificuldade de acesso ao livro. Em todos os interiores do Brasil, sem exceção, existe essa dificuldade. É preciso pensar em grandes mutirões, em grandes políticas, porque o acesso ao livro nesses lugares é muito difícil. Vive-se um drama terrível no Brasil, um país que diz *ou* o tempo inteiro. Isso é uma das maiores chagas que aflige a nossa cultura. Lembrome de um trabalho do Israel Bellock, sobre o Tenório Cavalcanti,

chamado “Capa preta e Lourdinha”. Isso eu falei brevemente no congresso da Ube/PE, de que você também participou. Eu lembrava um exemplo que me parecia dramático para o Brasil, que era o seguinte: Tenório Cavalcanti se apresentava na UDN e falava logo depois do discurso do senador Afonso Arinos. Afonso Arinos, que merece todas as honras que se deve a um grande escritor, naturalmente possuía uma forma de dizer que não era a forma de dizer das camadas populares. Em seguida ao discurso de Afonso Arinos, o locutor anunciava: “Agora, o Dr. Tenório vai explicar tudo o que o Dr. Afonso Arinos disse”. Essa chaga é que tem de terminar. Acho que a grande questão no Brasil é a fome, que tem de acabar para todos, o que nos dá a nós, que somos um pouco interlocutores e atores desse processo quando acompanhamos esse processo, um motivo de orgulho e de justificação da nossa existência: temos de acabar com isso. Mas no campo da cultura, não se pode esquecer que a fome não vem só pela falta de comida, mas precisamos também criar condições para que segmentos sociais não fiquem tão distantes uns dos outros. Por isso, iniciativas fortes como o jornal O GALO, por exemplo, se fazem resistência, e dizem ao país, ao Nordeste, sobretudo, que em Natal existe uma



“A grande questão do Brasil é a fome (...) Mas no campo da cultura, não se pode esquecer que a fome não vem só pela falta de comida, mas precisamos também criar condições para que segmentos sociais não fiquem tão distantes uns dos outros”

literatura nesse estado que não é menor porque é feita nesse estado. Por acaso, ela é feita nesse estado, mas não está presa a esse estado. E isso se diz para o país. Isso dá bem a dimensão de que o Brasil, nas suas múltiplas regiões está separado, o que é um desastre. Por isso aplaudo e aplaudirei sempre O GALO por razões próprias, independentemente da simpatia ou não que eu sinta por você, Nelson, ou por qualquer outra pessoa ligada diretamente ao jornal. E te dou um contra-exemplo: Eu dirijo hoje a revista "Poesia Sempre", editada pela Fundação Biblioteca Nacional, do Rio. No penúltimo número, fiz questão de descentralizar a poesia. Não quero entrar em polêmica, mas a gente vê que existe grande poesia brasileira sendo produzida fora do eixo Rio-São Paulo. E no último número de "Poesia Sempre", há uma parte que abrange grandes poetas de Natal, que lá estão, e isso causa uma visível surpresa no Centro-Sul: "Ah!, existe isso!" Claro que existe. O fato é que é preciso quebrar o narcisismo do Centro-Sul, e é preciso que, ao mesmo tempo que isso se faça, os estados comecem a traçar políticas a fim de dar mais visibilidade e orgulho aos seus literatos.

O GALO – E que avaliação você faz da poesia que é produzida atualmente no Nordeste?

M.L. – O que se vê na poesia do Nordeste hoje, é surpreendente. Primeiro, a qualidade e as múltiplas formas de expressões. Vemos na Paraíba um Astier Basílio, que ainda não chegou à casa dos 20, e autores como Ascendino Leite, que faz uma obra poética aos 80 anos, e interessantíssima. O que eu acho belíssimo nisso tudo é que temos aqui uma independência. Cada poeta é em si mesmo uma síntese, um continente, uma chave, uma ilha, um código, no Nordeste isso é absolutamente claro e indiscutível. Essas qualidades intrínsecas na poesia que se pratica hoje do Ceará à Bahia é algo para o qual o Centro-Sul deverá estar mais e mais atento. Existe uma prática séria, uma prática visceral, uma não-assepcia, o que não quer confessionalismo barato nem romantismo de quinta categoria, pelo contrário, é uma forma de substanciação em suas questões vitais.

O GALO – Qual a sua opinião sobre o fazer poético na nossa época, dominada por preocupações tão pouco poéticas, como a violência, a guerra, a injustiça etc.?

M.L. – A poesia parece hoje ocupar a contramão, mas quando o processo histórico talvez se tornar mais claro, ficará evidente que a poesia hoje é quem está fazendo mais política do que a política. Explica-se isso de um modo muito claro se entendemos a política



Síntese de uma tese de doutorado de Lucchesi, *A paixão do infinito* fala das viagens de Ulisses e do universo místico da *Divina comédia* de Dante Alighieri

num sentido amplo, na construção do povo, na adequação dos desejos e aspirações para uma ordem futura mais justa e clara, a poesia talvez cumpra esse papel. De que maneira? Ela o cumpre de maneira clandestina e subterrânea. A poesia tem essa função de instaurar o espaço da democracia nas palavras, nas letras, nas representações de mundo. A poesia sempre foi e continua sendo essa forma de instaurar possibilidades novas de expressão. Nesse sentido, ela é democrática, porque ela é pluralista, tem muitas vozes e pode ser praticada por quem estudou, um pouco mais ou um pouco menos. Eu li em Cascudo, mas também vi em Paulo Afonso, certa vez, a beleza dos repentistas nordestinos, que vivem uma intensidade homérica que pode ser comparada à altíssima poesia de Drummond. Trata-se, naturalmente, de claves distintas, não necessariamente iguais, não vou dizer que a poesia de Drummond não apresente uma imensa complexidade. Mas não vou dizer que a dos cantadores é marcada pela banalidade. É de novo não dizer o que o Brasil vive hoje: o complexo de Hamlet, o dilema de ser ou não ser. A questão é ser e não ser. O cantador nordestino e Carlos

Drummond de Andrade. Brasileiros que conseguiram juntar as pontas, compreenderam o país. É o caso de Villa-Lobos, de Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, que fizeram as grandes sínteses do país porque não excluíram, mas praticaram uma forma dialética de compreender as contradições do Brasil. E aí de

novo supõe-se a idéia do rosto. Não precisa ser necessariamente terminado. Vejo a obra de Cascudo, de Gilberto e de todos esses que trabalham com essa idéia poética maior, que transcende inclusive o campo da poesia, eu a vejo como um livro futuro que se chamará Brasil.

Esse livro será escrito por 200 milhões de habitantes. Ainda só temos notas de pés de página, o texto nos falta, não passamos do prefácio. Esse livro também pode se chamar "Nostalgia do futuro", mas vai depender dessa escritura secreta, resistente, escondida dos que juntam extremidades, dos que não separam essas extremidades; dos que assumem as questões gritantes, e belíssimas: do sertão e do litoral, do norte e do sul, sempre e: Acabar no Brasil com o complexo de Hamlet significa, de fato, mais do que nunca, trazer ao Brasil uma

democracia plural onde quem vai à escola – nos ensinou Paulo Freire – não tem de ter vergonha de sua cultura. Está na escola, então aprende uma nova cultura, forma nova de ver o mundo, mas não esquece que o avô dele, mais do que ele hoje, sabia ler o tempo: se ia chover ou não. Ele tem que reconhecer que a tradição da casa dele, ao preparar a alimentação, ao preparar projetos de vida, é tão importante quanto a moral de Kant e de Platão, por exemplo.



Eu li em Cascudo, mas também vi em Paulo Afonso, certa vez, a beleza dos repentistas nordestinos, que vivem uma intensidade homérica que pode ser comparada à altíssima poesia de Drummond. Trata-se, naturalmente, de claves distintas, não necessariamente iguais"

O tempo e a poesia na obra de Pedro Nava

Carlos de Souza

Para Luís Carlos Guimarães

In memoriam

Todo o trabalho memorialístico de Pedro Nava, que se inicia com o livro *Báu de Ossos*, está impregnado de poesia. A começar por este livro que traz, logo na entrada, o poema "Profundamente", de Manuel Bandeira. A primeira frase do livro confirma esta tendência que vai se repetir por toda a obra, composta de seis volumes. "Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora."

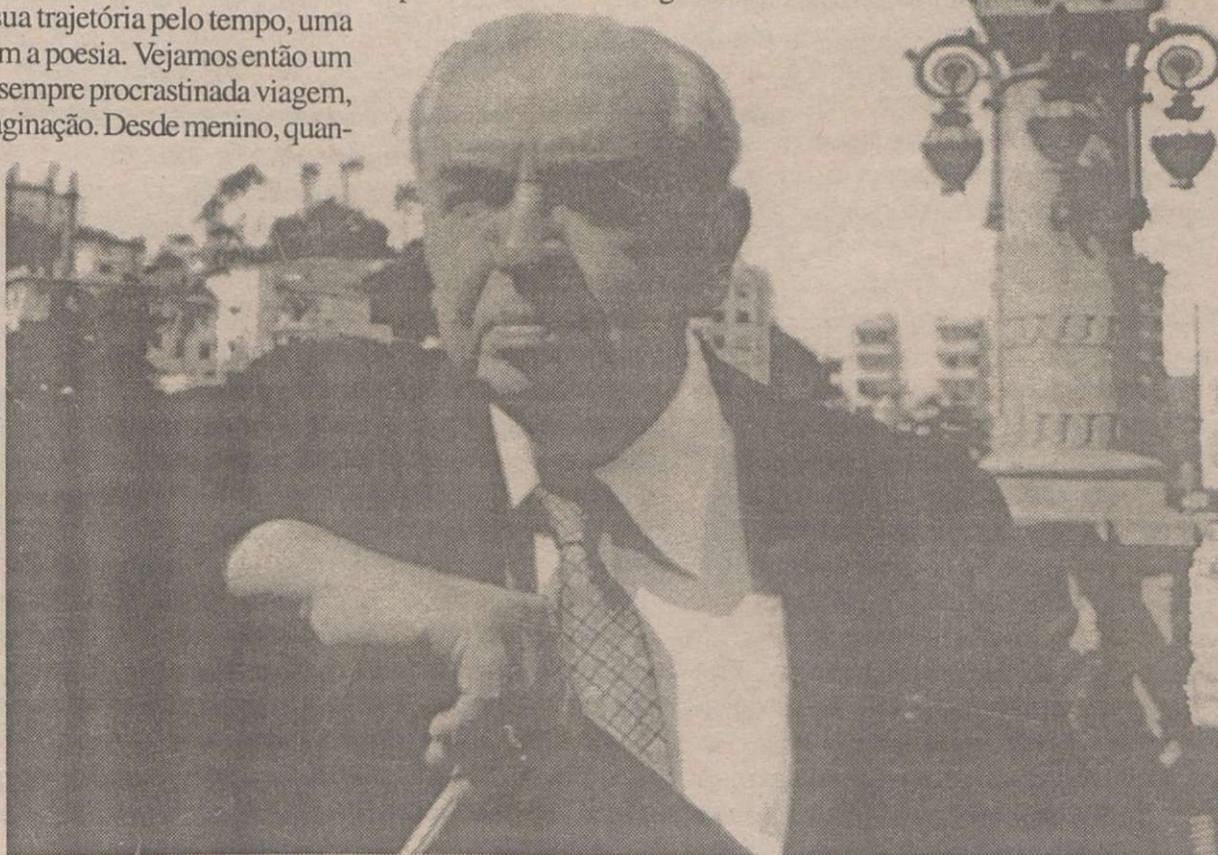
Se esse texto inicial fosse disposto em forma de versos, passaria por poema em qualquer circunstância, principalmente em se falando de versos livres obedientes ao ritmo e à música. Alfredo Bosi acha que a poesia não existe sem ritmo e musicalidade. "O verso livre e o poema polímétrico são formações artísticas renovadas. Isto é, novas e antigas. Seguindo trilhas da música e da pintura, a poesia moderna também reinventou modos arcaicos ou primitivos de expressão. O móvel de todas é o mesmo: a liberdade".

O fato é que Pedro Nava busca, em sua trajetória pelo tempo, uma forma de linguagem que se identifica com a poesia. Vejamos então um exemplo dessa maestria do autor: "Essa sempre procrastinada viagem, se não a faço com o corpo, realizo em imaginação. Desde menino, quando, de tanto ouvir falar em Ceará e Maranhão, eu enchia cadernos e cadernos do desenho de navios inverossímeis, onde havia um exagero de âncoras pendentes, gáveas em cada metro de mastro, mastros sem conta e as chaminés deitando uma fumaceira de erupção vulcânica". O texto segue assim neste ritmo para mais um período, até que Pedro Nava, como se acordasse de um sonho, volta à realidade para falar do trivial sem a riqueza da linguagem poética.

Segundo Ezra Pound, há uma forma de escritura que segue uma certa musicalidade. "Creio num 'ritmo absoluto', isto é, num ritmo que, em poesia, corresponde exatamente à emoção ou nuance de emoção a ser expressa. O ritmo de um homem deve ser interpretativo; há de ser, por conseguinte, e afinal de contas, peculiar a ele, não

imitado, não imitável." ²Encontramos essa emoção no texto de Pedro Nava, sempre que o autor dessas memórias decide fazer uma descrição, seja de um lugar ou de uma pessoa. Os exemplos são muitos e espalham-se por quase toda a obra memorialística de Nava.

Vamos encontrar Pedro Nava utilizando estes recursos literários na descrição de sua avó, por exemplo: "Minha avó era linda. Linda de pele, de dentes, de cabelos, de corpo e do airoso porte. Linda - do pescoço serpentino como o da Simonetta Vespuccia do quadro de Sandro Botticelli". Note-se a repetição da palavra "linda", pontuando o ritmo da frase como se o leitor estivesse lendo um poema. "Repetir, repetir sempre, pois o tempo físico, o átimo da prolação, tende a seu próprio fim, só existe enquanto não acaba. Mas a fala é ato no tempo, é nome e é predicado. Se ela só imitasse a condição dos objetos mudos no espaço, se ela fizesse abstração da temporalidade subjetiva, estaria condenada à repetição e às suas variantes, privando-se de alguns de seus maiores dons: o andamento e a entonação, fenômenos peculiares à frase, que é relação viva de nome e predicado. Frase: imagem das coisas e movi-



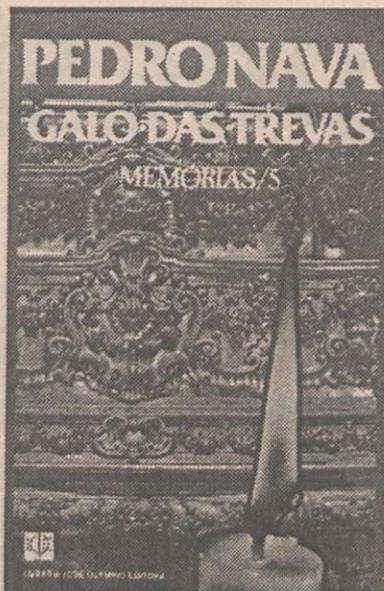
"Pedro Nava se apropria do tempo passado para explorar uma imagem vibrante de cores, trazendo do fundo da memória um tempo que permanece vivo no presente e se projeta no futuro em busca da eternidade"

mento do espírito".³

O leitor mais atencioso vai notar que o memorialista está o tempo todo preocupado também com o ser, essa entidade que permeia suas lembranças, mas nunca esquece do espaço que rodeia este ser nem muito menos do tempo que é a matéria prima da memória. Suas descrições do ambiente ultrapassam a mera forma de enumerar objetos e se estende para as emanções do clima e da atmosfera, levando o leitor a sentir na pele o calor ou o frio que envolve o ser descrito. "O céu, sem nuvem, é lindo e desolado como um deserto. Pesa o sol a pino despejando luz tão branca e densa que se tem a impressão de vê-la descer em lenta pulverulência. O calor do meio-dia seria insuportável sem o vento que não pára."

Para Octavio Paz, a linguagem é o homem. Ao poeta não interessa saber de que forma é feita essa linguagem ou se o mecanismo da linguagem é seu ou um reflexo do que pronuncia. O que vale é a forma como essas palavras se apresentam e essas formas não são feitas por acaso. Há um ritmo que rege todo o processo. "Se a linguagem é um contínuo vai-vém de frases e associações verbais regido por um ritmo secreto, a reprodução desse ritmo nos dará poder sobre as palavras. O dinamismo da linguagem leva o poeta a criar seu universo verbal utilizando as mesmas forças de atração e repulsa."⁴

O veículo da memória em Pedro Nava é a linguagem. E é através dela que ele emerge do passado para chegar ao leitor com toda a força do presente. Lançando mão de todo o arsenal a seu dispor, e auxiliado pelas técnicas literárias que domina muito bem, o autor vai tecendo um quadro, às vezes repleto de metáforas, um elemento da poesia. O mesmo acontece quando quer se referir à morte. "Quando a "indesejada das gentes" entra numa casa, gosta de arrancar. Parece que se foi. Nada, está na esquina, vai voltar. Voltou. Está aqui outra vez." Pedro Nava é poeta até quando tenta descrever como era a troca dos burros e bestas dos bondes do Rio de Janeiro. A imagem é poética e ao mesmo tempo cinematográfica. "Compunham uma representação de movimento e som que vim a recuperar quando o cinema começou a explorar as dançarinas de



Em *Galo-das-trevas*, "poesia e memória se confundem para revelar um estado de alma transcrito através da visão da natureza. Pedro Nava opera essa alquimia em forma de linguagem e faz sua profissão de fé e amor ao Rio de Janeiro"

rumba com suas bundas de potranca, suas caudas, farfalhantes, seu agudo bater de saltos e suas secas castanholas."

O volume intitulado *Balão Cativo* também se inicia com um tom de poesia.. "Não importa muito a direção. O que sei é que aquela encosta do morro e a sombra que dele se derramava sobre a chácara da Inhá Luísa ficaram representando o lado noruega da minha infância." A infância é o território onde Pedro Nava vai buscar suas páginas mais poéticas. "Uma imensa borboleta amarela passava no seu voejar quebrado e sem som. Parecia mão descorada fazendo para esperar, logo mandando embora, dizendo adeus. Ao seu gesto eu tiritava, ca-

belo em pé, fugia me vestindo na carreira, ouvindo a vaia dos bem-te-vis e escapando, justo, de tomar, na cabeça, a fava descomunal, toda arreganhada e com aquele fedor - que me atirava o jatobá..."

Esta imagem da infância restaurada pelo autor nos leva a pensar nas palavras de Octavio Paz, quando diz, "os poetas se obstinam em afirmar que a imagem revela o que é e não o que poderia ser".⁵ A imagem é o que vem à memória do narrador no momento em que transforma em palavras algo sentido ou visto

"A prosa de Pedro Nava é, às vezes, comparada à de Marcel Proust. Mas há uma diferença flagrante entre os dois. Proust vai se desafiando sua memória de dentro para fora (...). Pedro Nava parte de fora, da vida real".

em algum momento do passado. Desta forma, Pedro Nava está exercitando em seu texto essa premissa preciosa da poesia que é transformar em palavras o que foi apenas filtrado pelos olhos.

Aos poucos, neste *Balão Cativo*, o autor vai abandonando seus devaneios poéticos e mergulhando cada vez mais na descrição prosaica de seus dias de colegial. Aqui e acolá ainda se pode catar um caco ou outro de poesia, porém, vai rareando no decorrer da leitura. Então, o leitor é convidado a entrar nos mistérios do volume *Chão de Ferro*. Ainda voltam as descrições dos tempos escolares e um detalhe interessante: a descoberta da linguagem pelo menino Pedro Nava e como ele vai descobrindo os mistérios da língua através das au-

las de Português. "Que coisa deleitosa a descoberta da Língua, ouvindo falar e ouvindo o jeito com o nosso Raminhos dava vida a cada palavra verbo vivo". E mais adiante, Pedro Nava vai mostrando como pode ser interessante a aventura do conhecimento através da língua: "Comecei a colecionar (como selos) palavras que além do sentido intrínseco adquiriam outro conforme a hora, o dia, nossa disposição. Palavras mágicas de letras caleidoscópicas. Bojador. Semáfora. O nome Séfora gritado no Bósforo. Candelária - que verbete orgulhoso em português! - tem de luz e de sonoridade."

São momentos de grande descoberta da linguagem que são revelados ao leitor com a paixão de poeta que Pedro Nava não procura esconder. "O nosso Pé de Boi mugia as trovas arcaicas dum jeito cilíndrico em que todas as vogais levavam circunflexo e em que as palavras iam se colocando uma nas outras iguais e adesivas como uma tira de esparadrapo". Novamente o ritmo se impõe na prosa de Nava como se buscasse a perfeição do poema, equilibrando-se na sonoridade das palavras e seu significado. "Qualquer discurso, por livre e solto que seja, faz-se mediante alternâncias; vale-se delas, semanticamente. O puro pensamento assume como espantosa liberdade o modelo sintático da frase; mas, enquanto atualização sonora, o pensamento acaba-se dobrando à potência natural do ritmo."⁶

Nesse ritmo Pedro Nava se permite até a fazer paródia da poesia concreta que tem nos irmãos Campos e Décio Pignatari seus maiores representantes no Brasil. "A simples tomada de consciência deste já é lembrança, já é memória, já é o moto-contínuo de fabricação do passado. Será que poderei tornar menos obscuro o que senti repetindo assim 1917 em 1918 - com uma figura esquemática? Fugafugafuga baqueana? Losango mágico de que a primeira diagonal é também PRESENTE e a segunda faz ETNESERP que parece um dos nomes da Morte e que virada às

avessas mostra novamente tempo PRESENTE". E aí, o autor vai fazendo um divertido jogo visual com a palavra repetida até voltar à sua prosa normal.

O volume *Beira-Mar* começa num tom mais ameno, mas tem qualquer coisa de poético nessa forma de escrever memórias. "Ponto - porque era o local das Estações dos Bondes. Vejo-a ainda, construção meio de tijolo, meio de madeira, com três entradas sem portas, pintada a óleo e dotada dum torreão para o relógio. Seu verde era semelhante ao dos pistaches e contrastava, qual outra cor, com os verdes dos seis renques de árvores da Avenida Afonso Pena e com os mais numerosos do Parque".

Pedro Nava se apropria do tempo passado para explorar uma imagem vibrante, de co-

NAVEGANTE



NAVEGADO

Canto da Ninfa-Sereia e Paixão Dionisiaca d' *Os Lusíadas*

Luiza Nóbrega

De quelle nature était le chant des Sirènes?... pourquoi ce défaut le rendait-il si puissant? Les uns on toujours répondu: c'était un chant inhumain - un bruit naturel... mais en marge de la nature... étranger à l'homme, très bas et éveillant en lui ce plaisir extrême de tomber... chant de l'abîme qui, une fois entendu, ouvrait dans chaque parole un abîme et invitait fortement à y disparaître.

(Maurice Blanchot)

Porque a glória do poeta é sentir-se vencido.

(Maria Zambrano)

O CANTO AMBÍGUO

A definição d' *Os Lusíadas* como um canto épico está longe de ser própria e precisa. É na verdade uma definição restritiva, a que escapam vastas camadas do poema, abrangendo assim, não a sua totalidade, mas apenas sua camada mais superficial, a epiderme em que o poema é o enunciado na linha narrativa: canto do grande feito heróico

em que os Lusíadas navegantes, emissários de um rei e de um reino ocidental, descobrem a via marítima para um reino do extremo Oriente, a *desejada Índia*, que se designa como *desejada parte Oriental*; canto em que se canta a fundação deste lusitano reino,



"Por imposição das circunstâncias, Camões escreveu um épico, e foi este épico que o consagrou, dando nome à nação lusíada."

e o triunfo dos heróis fundadores e navegantes, os *assinalados Barões*.

Bem mais complexa é a trama textual que constitui este poema em poema. Trama que se terá de observar antes que se possa dar por cumprida a sua definição. Verdade em que já insistia Jorge de Sena, nos diversos estudos pioneiros que escreveu sobre a estrutura d' *Os Lusíadas* e o que ele designava como *análise rítmico-semântica* do poema. Estranhezas diversas foram notadas nesta obra, de cuja ambigüidade disse magistralmente Eduardo Lourenço: *Já se viu um poema épico assim tão triste, tão heroicamente triste, ou tristemente heróico, simultaneamente sinfonia e réquiem?*

Em leituras sucessivas intermitentes, desde a primeira, há vinte anos, até as últimas, mais intensivas, em que já elaborava, ao longo de cinco anos, minha tese de doutoramento, observei, para lá dessas notadas dissonâncias, uma vasta camada subjacente, na qual repousa um sentido mais fundo para aquilo que a muitos parecia contraditório, incongruente. Um sentido que é um fio no qual se conectam os episódios aparentemente desvinculados: Adamastor,

Velho do Restelo, linda Inês, sonho de D. Manuel, ilha namorada, consílios olímpico e submarino. A este fio e à trama que tece, chamei **contradição** de Baco n' *Os Lusíadas*, expressão com a qual designei um macro-campo semântico que contradiz o discurso, a voz épica, seja a nível do enunciado e, sobretudo, da enunciação. Sendo desconstrução do épico, este coro de vozes que tem por solista o deus Baco é a irrupção, nesta camada épica epidérmica, da pulsão subjacente trágico-lírica.

Luis de Camões era um lírico-dramático, um trágico-lírico. Por curiosa imposição da circunstância, que se lhe fez destino, escreveu um épico, e foi precisamente este épico que o consagrou, dando nome à nação lusíada. Contudo, a fundura trágico-lírica prevaleceu, e assim se fez um poema ambíguo, híbrido. Épico na superfície, mas na fundura um trágico-lírico.

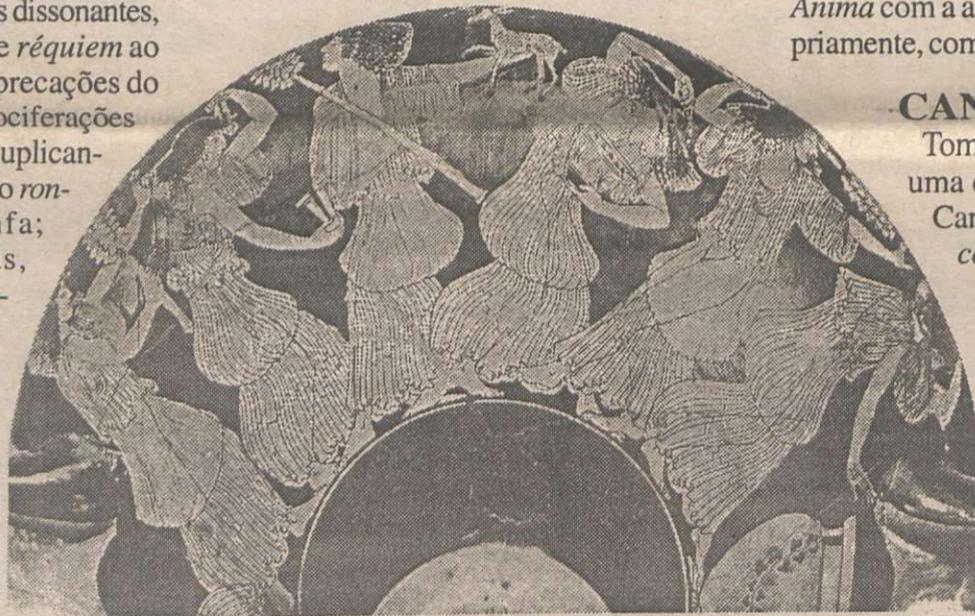
O acento trágico vinca, do princípio ao fim, o longo canto. Percorrem o seu fio discursivo tons trágicos de vozes dissonantes, em episódios que dão o tom de *réquiem* ao que se pretende sinfônico: imprecações do Velho do Restelo; proféticas vociferações do Adamastor; admoestações suplicantes de Inês; soturnas profecias no *ronco entristecido* da Ninfa; lamentações reflexivas, desgostosas ou raivosas do poeta, em seus recorrentes excursos (irrupções da voz subjetiva que interrompem a linha narrativa); aos quais se associam outros ecos intermitentes, que dão ao discurso uma pontuação conotativa, a **contradição** de uma voz trágica subjacente ao discurso épico. Voz que se configura, no poema, também mediante outros expedientes e estratégias, entre as quais desempenha função predominante aquilo que chamei combinação poética, trama urdida por uma vasta cadeia associativa de sintagmas que funcionam como núcleos semânticos, alinhados em eixos de paradigmas.

A SINTAXE REVERSIVA

Por diversas vias pode-se observar esta singularidade do estranho épico lusitano. Uma delas nos leva ao que chamei sintaxe reversiva da descoberta, com isto designando o caráter bifronte da ação nesta saga em que só aparentemente o ato se inicia num sujeito (Ocidente / Portugal / Navegante) que deseja um objeto (Oriente / Índia / Ninfa), pois na verdade o objeto é também sujeito da

ação, e o sujeito ativo converte-se em paciente: o Navegante é Navegado, a ação faz-se paixão.

A verdade desta sintaxe ambivalente revela-se logo à partida, quando a viagem é motivada por um sonho, sonhado pelo *rei venturoso*, no qual os rios Ganges e Indo lhe aparecem, em figuras de *dois velhos De aspecto, inda que agreste, venerando*, velhos que gotejam, com cabelos desgrenhados nos quais se embarçam ramos de ervas desconhecidas, e que, nesta caracterização, guardam semelhanças com o Adamastor e o Velho do Restelo (que a rigor não se deve chamar *do Restelo*, pois o texto não o chama assim, mas *velho de aspecto venerando*, e *velho honrado*). O Ganges, que fala pelos dois emissários, intima o monarca a empreender a aventura: *Te avisamos que é tempo que já mandes A receber de nós tributos grandes*. É, portanto, a Índia quem age primeiro, mas age de modo feminino, de



Cerâmica grega com ninfas executando dança num reitual dionisíaco.

dentro do inconsciente de D. Manuel, quando este está rendido, inerte, passivo. Desde esta intimação, já se mostra a Índia como sujeito de uma ação e o Lusíada como sujeito paciente desta ação. É a embaixada dos dois velhos, personificação das águas hindus, que dá origem à viagem. O desejo da descoberta é, portanto, o repto a um apelo, mais paixão que ação.

De modo análogo, quando a missão é cumprida e o retorno se inicia, é a deusa Vênus quem toma a iniciativa para o encontro dos Nautas com as Ninfas, é do peito feminino da *Citeréia* que o desejo se desfere, com o auxílio das setas mágicas de seu alado filho. É ela, Vênus, quem deseja que os Nautas se deitem com as Ninfas da fundura submarina (*úmido reino, líquida espessu-*

ra) para que deste conúbio nasça a progênie lusíada. É ela quem urde a aparição da *ilha namorada*, onde o *fogo do desejo* imerge na *água desejada* que o refrigera. Ela, a *ministra experta*, quem instrui as Ninfas na arte de seduzir os Nautas fatigados, fingindo fugir-lhes para que eles tivessem a ilusão de ser os perseguidores: *Que andassem pelos campos espalhadas; Que, vista dos barões a presa incerta, Se fizessem primeiro desejadas* (IX, 65).

NINFAS BACANTES

Estas Ninfas que fingem fugir têm algo das ménades, das bacantes. Vieram ter à ilha em cortejo, *Com danças e coreias... Em coreias gentis, usança velha*; e quando um dos Nautas as avista entre os arvoredos, imersas em ribeiros e lagos, solta, *espantado, um grande grito*, no qual se apercebe de que a presa desejada é de natureza divina e pagã: *Senhores, caça estranha (disse) é esta! Se inda dura o Gentio antigo rito, A Deusas é sagrada esta floresta*. (IX, 69). Sendo as Ninfas, como as deusas e damas todas d' *Os Lusíadas*, imagens da *Anima* lusitana, aqui se evidencia uma identificação desta *Anima* com a antiguidade pagã e, mais propriamente, com o mito / rito dionisíaco.

CANTO DA NINFA...

Toma relevo nesta trama a voz de uma das Ninfas, no princípio do Canto X, depois que, satisfeita a *corporal necessidade*, bebido o *licor de Lieu*, os Nautas sonolentos rendem-se. A esta Ninfa, o Poeta chama sereia, *angélica Sirena*; e o seu canto, ouvido no fundo oceânico (*imenso lago*), é de teor trágico. O Poeta gradualmente passa à Ninfa a palavra; mas interrompe-a com um excursus invocativo à

Musa épica, a quem declara passar a pena, porque ele, Poeta, já não acha em si o ânimo heróico. E por que? Porque *Matéria é de coturno, e não de soco, A que a Ninfa aprendeu no imenso lago*; (X, 8). Expressão paradigmática, esta com que o Poeta introduz o canto da Ninfa, explicitando, na perífrase, o trágico. Assegura-nos aqui o Poeta que estava cômico do fundo trágico subjacente ao épico d' *Os Lusíadas*. A experiência trágica arrefece o ânimo do Poeta, modificando a natureza de seu canto. As profecias que a Ninfa ouviu de Proteu são trágicas, e estriam a locução em mais um excursus, que se faz dramático apelo à Musa, para que lhe conceda um último empréstimo, uma dose última ao ânimo que lhe falece, e com a qual possa concluir o canto. É o que dizem os

Aqui, minha Calíope, te invoco
Neste trabalho extremo, por que em pago
Me tomes do que escrevo, e em vão pretendo,
O gosto de escrever, que vou perdendo.

Vão os anos descendo, e já do Estio
Há pouco que passar até o outono;
A Fortuna me faz o engenho frio,
Do qual já não me jacto nem me abono;
Os desgostos me vão levando ao rio
Do negro esquecimento e eterno sono.
Mas tu me dá que cumpra, ó grão Rainha
Das Musas, co que quero à nação minha.

O fim aproxima-se, os anos declinam, descem, como os rios, correndo para o frio outono, afluindo ao *rio do esquecimento e eterno sono*, que para Camões, empregado metaforicamente, constitui exemplo de *metáfora viva*, vivíssima, pois não foi apenas um rio mítico (*Letes*), foi um rio experimentado (Mecong), onde os cantos se molharam. Os cantos se molharam, irremediavelmente, por desígnio tão insondável e inapelável quanto o do Fado, que determinara a descoberta da Índia pelos Lusíadas. O Poeta o sabe, o sente, mas apela à Musa, instância épica arcaica do inconsciente coletivo, para que o acuda neste tropeço. Num giro inesperado, ao invés de dizer já qual é a matéria da Ninfa, interrompe-lhe a fala e passa a dizer de si próprio, dirigindo-se a Calíope, Musa do *epos*, rogando-lhe o ânimo de que necessita para concluir o canto que devia ser épico. A *matéria de coturno* da Ninfa requer um ânimo que falta ao Poeta; ou o ânimo falta ao Poeta porque um canto trágico não pode ser cantado epicamente. Já o Poeta como que diz à Musa: dê-me sua voz para que eu possa ainda cantar, dê-me o seu ânimo para que possa acabar de escrever este poema.

O Poeta rendeu-se já, porque a matéria é imensa e profunda. Os Nautas cortam as salsas ondas, navegam a superfície oceânica, mas Baco desceu ao fundo submarino, e o canto da Ninfa, *ronco e entristecido*, vem lá desse fundo submerso, onde vivem as deidades netuninas, e lhe foi ditado por Proteu, o adivinho. Tomou a palavra à Ninfa, o Poeta, mas só para o desabafo, e para passá-la de vez a ambas, Ninfa e Musa, agentes do canto em que ele, Poeta, é agora sujeito paciente, rendido.

Outro excursão de teor trágico, no qual se repete o apelo à mesma instância, agora



Sátiro toca flauta para Dionysos.

modificada em *Ninfas do Tejo*, irrompe quando o poeta menciona a figura de Luso, (VII, 78):

..... Mas, ó cego,
Eu, que cometo, insano e temerário,
Sem vós, Ninfas do Tejo e do Mondego,
Por caminho tão árduo, longo e vário!
Vosso favor invoco, que navego
Por alto mar, com vento tão contrário,
Que, se não me ajudais, hei grande medo
Que o meu fraco batel se alague cedo.

Alagou-se, o batel, mas não tão cedo. Houve tempo para concluir-se o poema. Que, contudo, pretendendo-se canto épico, modificou-se em *canto molhado*, naufrago. É que a viagem, tema e motivo do canto, não é o que o herói supõe no arranque da partida. N' *Os Lusíadas*, tanto vem a Índia rumo à nave quanto vai a nave rumo à Índia. Pois é ela quem manda o Ganges a D. Manuel, e em águas suas é que se banham os Nautas, em companhia das Ninfas, assim como em suas águas submerge o poema, desde o instante em que Baco desce ao fundo submarino para o segundo consílio, até aquele em que a Ninfa denomina, para sempre, o poema como *canto molhado*. Molhado não só porque o Poeta o levava consigo quando naufragou, na foz do Mecong, mas porque um fio de águas escorre profusamente ao longo das estâncias do poema, inundando-o. Fio de fontes, rios, prantos, em nume-



Detalhe de uma cerâmica grega com ninfas empunhando tirsos num cerimonial dionisíaco

rosas e variadas metáforas, dão primazia, como quis Yvette Centeno, à água n' *Os Lusíadas*.

O caráter reversivo da sintaxe nesta ação de desejo - em que objeto e sujeito permutam as posições - extrema-se na rendição do sujeito, não só enquanto Nauta que ouve, adormecido pelo licor de Baco, a música órfica e a profecia de Proteu cantada pela *Sirena*; mas também enquanto Poeta que se rende (*Nô mais, Musa, nô mais, que a lira tenho Destemperada e a voz enrouquecida*), e enquanto canto que se deixa naufragar e molhar-se nas águas índicas. Tal rendição do sujeito, tal atitude paciente, de quem sofre a ação, é já em si uma atitude filosófica de cariz oriental; ação que é paixão dionisíaca. A rendição é completa: assim como o Poeta, interrompendo a fala da Ninfa, rende-se e entrega o canto à Musa; o desejo também se rende, de tal modo que já não há um sujeito que deseja o Oriente, já não há um Oriente desejado, o que há é um desejo orientalizado, rendido, penetrado pela *desejada parte*. O próprio canto rende-se, deixa-se embeber nas águas orientais, confirmando o temor que tinham Baco e o Poeta, de ser levados pelo *rio do negro esquecimento e eterno sono*. Rio mítico (*Letes*) e experimentado pelo poeta (Mecong). E tudo isto é *matéria de coturno*, porque a rendição do sujeito em paixão, ao contrário de seu arremesso na ação, é trágica, trágico-lírica, ou mesmo dramática, nunca épica. Disto apercebeu-se António José Saraiva, comentando o Canto V: *Aqui, o Poeta abandona a postura vertical, solar, heróica... Aparece a irreversibilidade do tempo que corre, a imagem do rio que caminha para a morte, do rio que não volta para trás... E, comentando a queda mítica do herói, a propósito do velho do Restelo: o mesmo sentimento... se infiltrou na esfera da epopéia e inspirou a eloqüência do Velho do Restelo, que não é um personagem heróico. Ele representa a velha sabedoria humana, que sabe o que ainda está escondido aos jovens aventureiros e vaticina a queda, no final, dos novos Prometeus, dos novos Ícaros e dos novos Faetontes.*

Saraiva avança com esta visão do trágico n' *Os Lusíadas*, indagando se não está na queda a mensagem essencial do episódio do Restelo, e afirmando que ... o episódio do Velho do Restelo briga com o otimismo d' *Os*

Lusíadas... não cabe nele... o episódio não cabe no Poema nem na história, porque não aponta para uma vitória, mas para a derrota final de todas as tentativas de ascensão... Os Portugueses triunfaram onde Prometeu, Ícaro ou Faetonte se perderam. Mas o Velho do Restelo parece vaticinar uma queda para além da história, para além do Poema, uma queda que já não cabe no Poema, porque o seu sentimento pertence ao mundo íntimo da Lírica, que é o canto do Desconcerto inevitável do mundo, o canto da sem-razão. Não há bem que sempre dure, a altura atrai o precipício, mas isto são reflexões que não têm lugar num poema épico... Trata-se, assim, não propriamente de uma punição histórica de erros políticos, mas de uma queda na maior fundura ontológica, no fundo trágico da existência. Reflexões que se confirmam em versos como estes, de uma Ode camoniana:

Porque, enfim, tudo passa;
Não sabe o tempo ter firmeza em nada;
e nossa vida escassa
foge tão apressada
que quando se começa é acabada.

Que foram dos Troianos
Hector temido, Eneias piedoso?

.....
O bem que aqui se alcança
não dura por possante, nem por forte;

.....
Porque, enfim, nada basta
contra o terrível fim da noite eterna;
nem pode a deusa casta
tornar à luz suprema
Hipólito da escura noite averna.

Nem Teseu esforçado,
com manha, nem com força rigorosa,
livrar pode o ousado
Pirítoos da espantosa
prisão Leteia, escura e tenebrosa.

Prisão Leteia é uma metáfora para esquecimento, um tema recorrente e predominante na poética de Camões. Faz contraponto a memória, outro tema dominante, formando ambos a dualidade apolíneo / dionisíaco. A Sirena d' Os Lusíadas canta



Ao culto de Dionysos associam-se sempre figuras femininas que nele desempenham um papel predominante, caracterizado sobretudo pela dança e pela música

como as ouvidas por Maurice Blanchot, que delas indaga: *Y avait-il donc un principe mauvais dans cette invitation des profondeurs? Est-ce que les Sirènes, comme la coutume a cherché à nous en persuader, étaient seulement les voix fausses qu'il ne fallait pas entendre, la tromperie de la séduction à laquelle seuls résistaient les êtres de déloyauté et de ruse?*

Esta queda, esta entrega, este abismo, dizem do que? De um perigo que ao Nauta cumpre vencer, ou uma instância à qual deve render-se? Os dois últimos cantos d' *Os Lusíadas*, sendo a confluência de todos os indícios que pontuam o discurso todo do poema, dizem-nos, como Blanchot, e como Erich Neumann, que o herói épico, centrado no *ego*, é um herói adolescente, ofuscado de claridade apolínea, cego ao fundo impessoal ao *ego* subjacente. O canto da Sirena difere da mera sedução enganadora; e, em contrapartida, o Ulisses falastrão que Camões contrapõe - n' *Os Lusíadas* como em outras de suas *Rimas* - ao destemido Aquiles, também se parece ao de Blanchot, misto de espertalhão prudente, pérfido e ladino; grego da decadência cuja *mediocre e tranqüila alegria, covardia feliz e segura, fundada num privilégio*, não lhe permite ser herói verdadeiro da *Ilíada*. Nas Sereias, não em Ulisses, acha-se o saber da viagem, porque esta não leva ao destino previamente traçado pelo Nauta. A meio do percurso, na virada dos ventos, percebe ele que o impulso da partida não viera de si, e o lugar aonde irá ter não será o que imaginou: *Le mot d'ordre qui s'impose aux navigateurs est celui-ci: que soit exclue toute allusion à un but et à une destination... le mot d'ordre est donc de silence, de discrétion, d'oubli.*

Despencar da memória (dama tão clara, musa apolínea, tão confiante e crédula) no abismo do esquecimento; não o que por tal vulgarmente se conhece, mas aquele de que fala Bernardo Soares, como viu Silvina Rodrigues Lopes no *Livro do Desassossego*:... *poderíamos estabelecer uma distinção entre dois tipos de perda da memória: o primeiro, no qual esta expressão seria tomada no seu sentido vulgar; o segundo, que compreende o instante em que se tem consciência dessa perda e que é comparável a um relâmpago de consciência da inconsciência no qual o real se revela... um desejo profundo de comunicação... espécie de desejo de osmose, pelo qual o ser disperso corresponde ao tornar-se mundo, tornar-se anônimo, libertar-se das fronteiras que limitam o indivíduo.*

Este o ensino do *trágos*, cujo sentido, diferindo daquele que vulgarmente se lhe atribui, é o da iniciação do indivíduo à instância mais funda e vasta em que o Eu é mundo.

O negro vaso da água do esquecimento, temido n' *Os Lusíadas* pelo herói épico, é no fundo uma poção de sabedoria, tal como diz a *Elegia I* do Poeta, cujo tema é a superioridade do esquecimento sobre a memória. Pois Camões não nos leva ao épico, mas ao trágico. Fundura do poema em que o épico é a superfície. Porque o épico, um gênero adolescente, move-se na superfície das aparências; mas na fundura trágica, gênero da maturidade, o mundo das essências subjaz. Por isto a ilusão a que se refere Jorge de Sena, *ilusão de que com Camões se renasce, quando, com Camões, se morre ou se aprende a morrer.*

Assim sendo, neste fundo o *réquiem* d' *Os Lusíadas* não seria tanto a *trágica expiação* dos crimes dos portugueses, como quis Sena, mas o acordar - desta consciência nacional, na consciência do indivíduo Camões - para uma mais funda aprendizagem ontológica. Sobre a qual ainda agora se pode e deveria refletir.

Bibliografia Citada

- Zambrano, M. *A Metáfora do Coração*.
Loureço, E. *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português*.
Centeno, Y. K. *A Viagem de Os Lusíadas: Símbolo e Mito*.
Saraiva, A. J. *Estudos Sobre a Arte d' Os Lusíadas*.
Blanchot, M.. "Le Chant des Sirènes". In: *Le Livre à Venir*.
Neumann, E. *História da Origem da Consciência*.
Lopes, S. R.. "Ficção da Memória e Inscrição do Esquecimento no Livro do Desassossego de Bernardo Soares".
Sena, J. de. "Aspectos do Pensamento de Camões Através da Estrutura Lingüística de 'Os Lusíadas'". In: *Actas da Reunião Internacional de Camonistas*.
"Camões: Quelques Vues Nouvelles sur son Epopée et sa Pensée". In: *Visages de Luis de Camões*.

Luiza Nóbrega é professora Doutora em Literatura Portuguesa, ensaísta, investigadora e consultora. Email: luizanobrega@net.sapo.pt

Rima interna



Martín López-Vega

El ojo perdido de Camões

Publicado por [Martín López-Vega](#) el día nov 18, 2013

Cualquier excusa es buena para sumergirse en los mares inagotables de un libro como *Os Lusíadas*, pero unas son mejores que otras. Y pocas tan buenas como la publicación del magno estudio de la profesora Luiza Nóbrega titulado *No reino da agua o rei do vinho: Submersão Dionisiaca e Transfiguração Trágico-Lírica d'Os Lusíadas* (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). La base de este libro es la tesis de Nobrega (autora, más recientemente, de un luminoso ensayo sobre la poesía de Lêdo Ivo), que ya fuera publicada en una primera versión en Lisboa hace cinco años con el título *O Canto Molhado*.

El libro de Luiza Nóbrega sobre el gran poema camoniano parte de una doble valentía: en la nota explicativa advierte, primero, “al lector que espera de libros académicos la habitual objetividad científica” que **debe aceptar “la peculiaridad de mi libro, cuya objetividad obligó necesariamente a la inclusión explícita del sujeto”** para afirmar, después, que “este es un libro para el futuro. Con esto quiero decir que su verdadera recepción tendrá lugar sólo cuando el escenario de la crítica de Camões y de *Os Lusíadas* se haya modificado, y sean otros los protagonistas de la escena crítica”. Palabras que no dejan de recordarnos otras similares de otro gran estudioso de Camões: Jorge de Sena.

Si normalmente un buen estudio literario nos hace acercarnos a la obra que trata con nuevos ojos, este de Luiza Nóbrega nos hace volver a *Os Lusíadas* no una vez, sino veces infinitas con infinitos ojos: **no hay tema que no trate, pista que no siga, duda que no afronte. Casi podría decirse que Luiza Nóbrega ha encontrado el ojo que Camões perdió en Ceuta** cuando luchaba a favor de D. João III. En las casi seiscientas páginas de su estudio, **Nóbrega busca el “Camões diferente” que también buscara Jorge de Sena** no sólo, naturalmente, en su texto fundamental, sino en una lúcida relectura de sus cartas y del resto de sus textos, dialogando continuamente con la tradición crítica camoniana, a menudo para disentir con elegante inteligencia. En medio de toda la erudición, Nóbrega no tiene problema en incluir unos párrafos para recriminar a Vítor Manuel de Aguiar e Silva, quien, como ella afirma, “se autodenomina pontífice de los estudios camonianos” su actitud ante sus estudios. No se achica la autora ante ninguno de los problemas textuales del texto de Camões, menos iba a hacerlo ante sus eruditos... Si bien uno tiene en gran estima y admiración a Aguiar (fui alumno suyo de Teoría Literaria en la Universidade do Minho) en este caso, como verá quien se acerque a estas páginas, la razón cae del lado de Nóbrega. Aceptar y disfrutar los aciertos ajenos es el primer paso para perseverar en los propios...

Nóbrega recorre el libro arriba y abajo en busca de recurrencias y, como todo buen libro, deja abiertas más puertas de las que cierra. Su informe sobre la visión de la India en *Os Lusíadas* bien podría seguirse leyendo el texto a la luz del orientalismo de Said y también de sus críticos: Ibn Warraq o Daniel Martín Varisco entre los más finos. La pista de la *Eneida* como texto inspirador se sugiere pero no se sigue hasta el final. No son (y no deben verse como tal) reparos: tan sólo muestras de los caminos que este libro abre. Lo mejor de todo es que gracias a él **volvemos al texto original cargados de ojos con los que volver a mirar lo que ya creíamos saber de memoria**: “Por mares nunca antes navegados”...

CURRICULUM BREVE

LUIZA NÓBREGA

Autora de poesia, ensaio e ficção. Professora de Literatura.

Artista plástica. Professora do Curso de Artes Visuais no Departamento de Artes da UFRN.

Doutora em Literatura Portuguesa, mestre em Literatura Brasileira, graduada em Direito.

Especializou-se na análise dos discursos poéticos, dedicando-se à hermenêutica d' *Os Lusíadas*, de Camões e ao estudo de outras poéticas, como as de Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, António Nobre, Cesário Verde, Jorge de Lima, Lêdo Ivo e Ivan Junqueira.

Investigadora do Centro de Literatura Portuguesa/Universidade de Coimbra, e do Instituto de Estudos Portugueses/Universidade Nova de Lisboa.

Tem publicado diversos estudos sobre poesia e poetas, em periódicos nacionais e internacionais.

Tem dado cursos e palestras, e participado em colóquios e simpósios de âmbito nacional e internacional.

Publicações sobre *Os Lusíadas*

Livros

O Canto Molhado: metamorfose d' Os Lusíadas. Lisboa: Publidisa, 2008.

No Reino da Água o Rei do Vinho: submersão dionisiaca e transfiguração trágico-lírica d' Os Lusíadas. Natal: EDUFRN/Academia Norte-riograndense de Letras, 2013.

Capítulos de Livros

Uma Distração Implicativa: porque o consílio olímpico ofuscou o consílio submarino n' *Os Lusíadas*. In: *Por S' Entender bem a Letra. Homenagem a Stephen Reckert*. Lisboa: IN/CM, 2011.

A Traça no Pano: contradição de Baco n' *Os Lusíadas*. In: *Luiz Vaz de Camões Revisitado*. Santa Barbara: Santa Barbara Portuguese Studies, 2006.

Navegante Navegado - do Oriente Desejado ao Desejo Orientalizado, a Sintaxe Reversiva da Descoberta. In: *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Colibri, 1999.

Ensaio em Periódicos e Anais de Congressos

Um Poema, Duas Viagens: dicção e contradição n' *Os Lusíadas*. In: *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2012.

Camões e Baco: a exclusão e dissidência como fatores genético-semânticos n' *Os Lusíadas*. Niterói: Revista Abril, 2012.

No Reino da Água o Rei do Vinho (2): Conspiração Dionisiaca e Triunfo do Trágico-Lírico n' *Os Lusíadas*. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, 2012.

No Reino da Água o Rei do Vinho (1): O Triunfo de Baco n' *Os Lusíadas*. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, 2011.

O Velho que não é do Restelo. Presença Subliminar de Garcia da Orta e o Arquétipo do Velho Sábio n' *Os Lusíadas*. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DA VERDADE

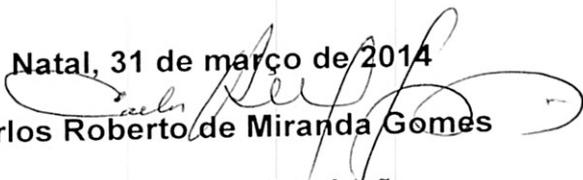
DESPACHO

Recebida a postulação da Professora LUÍZA MARIA NÓBREGA, com os seus anexos, verifico que o assunto é de alta indagação jurídica e, em princípio, foge à competência desta Comissão da Verdade da UFRN. Contudo, o pleito merece ser apreciado e avaliado pelo plenário da Comissão, para fins de recomendação, se for o caso.

Ante o exposto, designo para relatar o feito o Professor Almir de Carvalho Bueno e, desde logo, determino à Secretaria as seguintes providências:

- a) Apensar ao dossiê cópias da ata e da transcrição do depoimento da interessada;
- b) Formatar o pedido e a documentação apensada como processo, tendo por título do assunto “Pedido de Progressão Funcional”;
- c) Sejam numeradas todas as folhas;
- d) Por fim, seja encaminhado o processo ao relator, para os fins devidos.

Natal, 31 de março de 2014


Carlos Roberto de Miranda Gomes

Presidente da Comissão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DA VERDADE

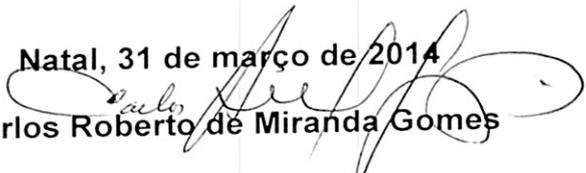
D E S P A C H O

Recebida a postulação da Professora LUÍZA MARIA NÓBREGA, com os seus anexos, verifico que o assunto é de alta indagação jurídica e, em princípio, foge à competência desta Comissão da Verdade da UFRN. Contudo, o pleito merece ser apreciado e avaliado pelo plenário da Comissão, para fins de recomendação, se for o caso.

Ante o exposto, designo para relatar o feito o Professor Almir de Carvalho Bueno e, desde logo, determino à Secretaria as seguintes providências:

- a) Apensar ao dossiê cópias da ata e da transcrição do depoimento da interessada;
- b) Formatar o pedido e a documentação apensada como processo, tendo por título do assunto "Pedido de Progressão Funcional";
- c) Sejam numeradas todas as folhas;
- d) Por fim, seja encaminhado o processo ao relator, para os fins devidos.

Natal, 31 de março de 2014


Carlos Roberto de Miranda Gomes

Presidente da Comissão